



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

BRUNA LÍVIA BARROS GUANDALIM

O sofrimento psíquico nos centros urbanos



ARARAQUARA – S.P.
2022

BRUNA LÍVIA BARROS GUANDALIM

O sofrimento psíquico nos centros urbanos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento Social

Orientador: Profº Drº Antonio Ianni Segatto

Bolsa: CAPES/DS

ARARAQUARA – S.P.
2022

G913s Guandalim, Bruna Livia Barros
O sofrimento psíquico nos centros urbanos / Bruna Livia Barros
Guandalim. -- Araraquara, 2022
64 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientador: Antonio Ianni Segatto

1. Patologias sociais. 2. Sofrimento psíquico. 3. Depressão e
ansiedade. 4. Sociologia urbana. 5. Transtornos mentais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BRUNA LÍVIA BARROS GUANDALIM

O SOFRIMENTO PSÍQUICO NOS CENTROS URBANOS

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento Social
Orientador: Profº. Drº. Antonio Ianni Segatto
Bolsa: CAPES/DS

Data da defesa: 01/09/2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profº. Drº. Antonio Ianni Segatto
Departamento de Ciências Sociais / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: Profª. Drª. Maria Aparecida Chaves Jardim
Departamento de Ciências Sociais / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: Profº. Drº. Alan Delazeri Mocellim
Departamento de Sociologia / Universidade Federal da Bahia - UFBA

Local: Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe Delma, que sempre esteve comigo.

Agradeço ao meu amigo Denilson Sarvo, que esteve comigo no momento que eu mais precisei de uma mão amiga.

Agradeço ao meu orientador, Antonio Ianni Segatto, pela paciência, pelo profissionalismo, pelos auxílios e recomendações e, acima de tudo, pela empatia que tanto precisei durante essa minha trajetória acadêmica na pós-graduação, tão permeada por imensos desafios, de diversas dimensões.

Agradeço aos membros da banca, à Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Chaves Jardim, professora e pesquisadora do nosso campus da Unesp/Fclar; e ao Prof^a Dr^o. Alan Delazari Mocellim, docente da Universidade Federal da Bahia, que gentilmente aceitou o convite para compor a minha banca, me permitindo ter a honra de tê-lo colaborando com a minha pesquisa.

Agradeço a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento das ciências sociais brasileira e de qualidade. Sei o privilégio que tenho por estar neste lugar e de possuir essa chance.

Por fim, agradeço à Vida, pelo privilégio de estar viva, de respirar e ter sempre uma nova chance para tentar de novo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Hoje é um vento de tristeza e desalento que sopra sobre a sociedade; amanhã, pelo contrário, será um sopro de alegria e confiança que virá aliviar os corações.”

Émile Durkheim

RESUMO

Esta pesquisa teórico-conceitual pretende compreender quais são os fatores sociodemográficos evidenciados nas altas taxas de transtornos mentais nos centros urbanos. Como a depressão e a ansiedade são os principais transtornos mentais que acometem os habitantes das cidades contemporâneas, nos concentraremos mais no entendimento destes dois transtornos sob o viés da Sociologia e da Geografia Urbana. A medicina psiquiátrica não entende estes transtornos como doenças (porque não há um marcador biológico que ateste que depressão e ansiedade são doenças do corpo biológico, mas perturbações da mente), por isso tentaremos compreender estes sofrimentos humanos numa perspectiva sociológica e geográfica e que põe em evidência uma gramática de sofrimento atinente a um tempo histórico, social e geográfico específico. Tomando como base dados coletados por pesquisadores do campo médico, lançaremos mão de autores que tecem suas análises sobre a dinâmica social do tempo presente como também, numa tentativa de articular teoria social e teoria do espaço, de autores que compreendam a cidade não como um espaço meramente físico e imutável, mas como espaços sociais, de reprodução material de uma sociedade em um tempo histórico determinado. Por fim, entendemos que são nas cidades capitalistas de matriz neoliberal e urbana, onde o processo de industrialização e urbanização logrou êxito, que o sofrimento humano se generaliza e expressa contradições sociais e dilemas de um tempo.

Palavras-chave: sofrimento psíquico; depressão; Sociologia Urbana; patologias sociais.

ABSTRACT

This theoretical-conceptual research intends to understand which are the sociodemographic factors evidenced in the high rates of mental disorders in urban centers. As depression and anxiety are the main mental disorders that affect the inhabitants of contemporary cities, we will focus more on understanding these two disorders from the perspective of Sociology and Urban Geography. Psychiatric medicine does not understand these disorders as diseases (because there is no biological marker that attests that depression and anxiety are diseases of the biological body, but disturbances of the mind), so we will try to understand these human sufferings in a sociological and geographical perspective that puts into evidence a grammar of suffering related to a specific historical, social and geographic time. Based on data collected by researchers in the medical field, we will make use of authors who weave their analyzes on the social dynamics of the present time as well as, in an attempt to articulate social theory and spacetheory, of authors who understand the city not as a space merely physical and immutable, but as social spaces, of material reproduction of a society in a determined historical time. Finally, we understand that it is in capitalist cities with a neoliberal and urban matrix, where the process of industrialization and urbanization was successful, that human suffering is generalized and expresses social contradictions and dilemmas of a time.

Keywords: psychic suffering; depression; Urban Sociology; social pathologies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	OS TRANSTORNOS MENTAIS COMO UM SINTOMA SOCIAL E EXPRESSÃO DE UM TEMPO HISTÓRICO	11
2	A SOCIEDADE E O INDIVÍDUO	21
2.1	O INDIVÍDUO DEPRIMIDO NA SOCIEDADE DA COMPETIÇÃO	23
2.2	A SOCIEDADE DO CANSAÇO E OS “ENFARTOS PSÍQUICOS”	27
2.3	O NEOSSUJEITO NAS SOCIEDADES NEOLIBERAIS	30
2.4	A PÓS-MODERNIDADE E O MEDO DE SEGUNDO GRAU	33
2.5	A ACELERAÇÃO DA SOCIEDADE E O INDIVÍDUO FRENETICAMENTE PARALISADO	38
2.6	A COMPRESSÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO E A VIDA NA PÓS-MODERNIDADE	44
3	AS CIDADES COMO ESPAÇOS SOCIAIS.....	50
3.1	O MODO URBANO DE VIDA E A VIDA PSÍQUICA	51
3.2	A EPIDEMIA DE SOLIDÃO URBANA	56
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A ideia que vigora na sociedade sobre “transtornos mentais” é a de uma doença mental, de problemas individuais de pessoas cujos corpos biológicos têm deficiência em seu funcionamento, mais especificamente na forma como o cérebro funciona. Nessa perspectiva individual e biológica do problema, as ‘doenças mentais’ são o reflexo do desequilíbrio neuroquímico responsável pelas conexões neurais do Sistema Nervoso Central. O comportamento humano “desviante” da normalidade seria resolvido com um tratamento a nível individual por meio da administração de remédios psicotrópicos que serviriam para o corrigir e balancear o que está organicamente desequilibrado e/ou deficiente. No que tange a classificação nosológica feita pela Psiquiatria das doenças mentais, estas podem ser também entendidas a partir de uma função político-social, pois lida com a ideia do que é normal, “order”; e do que seria “anormal”, mental “disorder”. Essa perspectiva de análise é desenvolvida por Elton Corbanezi que, em sua tese de doutorado, defende que o discurso psiquiátrico opera para moldar comportamentos e impor socialmente uma visão de mundo e um modo de vida aos indivíduos.

Apesar desta função política que a medicina psiquiátrica tem em nossa sociedade, e que também levamos em consideração nesta pesquisa, pesquisadores da saúde mental e médicos epidemiologistas sinalizam: há fatores sociodemográficos na alta prevalência de transtornos mentais nos espaços dos grandes centros urbanos¹, os quais indicam que, nas chamadas “doenças mentais”, há variáveis que não são consideradas pela medicina psiquiátrica e fogem do seu campo de análise, pesquisa e entendimento. O contingente elevado de pessoas que são diagnosticadas com doenças como depressão, ansiedade, esquizofrenia entre outros Transtornos Mentais Comuns (TMC) são fenômenos que podem ser compreendidos à luz das ciências humanas e sociais, e não só exclusivamente pela medicina, cuja perspectiva é do corpo humano, das ciências biológicas.

Como são variáveis “sociodemográficas”, elas são, por definição, conceitos que se referem à forma como o espaço é construído e concebido e, nestes, como os indivíduos se relacionam nas sociedades urbanas modernas que podem contribuir para esse alto indicativo de

¹ Opinião: **A saúde mental nas grandes cidades** – Comunicação. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/releases/item/4308-opinio-a-saude->>. Acesso em: 17 jun. 2021.

sofrimento psíquico. De acordo com o Boletim ISA Capital 2015², pesquisa realizada pela Secretaria Municipal da Saúde da Cidade de São Paulo e do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo, em conjunto com pesquisadores da USP (Universidade de São Paulo) e Unicamp (Universidade de Campinas), em 2015 na área urbana da cidade de São Paulo 1 em cada 6 pessoas com 15 anos ou mais sofrem com algum transtorno mental. Segundo a pesquisa, os grupos sociais que são mais diagnosticados com transtornos mentais comuns (não psicóticos) são 1) as mulheres e com maior predominância na faixa etária dos 40 aos 49 anos; entre os homens, os que mais sofrem são os que se têm idade entre 20-29 anos; 2) pessoas com menos escolaridade; 3) com menor renda; 4) com deficiência e 5) doenças crônicas também são os grupos onde os transtornos mentais são mais encontrados.

Isto posto, esta pesquisa teórico-conceitual tem o intuito de tentar compreender os índices sociodemográficos à luz das ciências sociais. As variáveis sociodemográficas que aparecem em pesquisas realizadas por médicos como as do Boletim ISA Capital 2015 deixa evidentes que os transtornos são influenciados por fatores externos ao indivíduo. Como é externo, eles se localizam na sociedade, na produção do meio social. O que já de saída nos aponta um norte diretivo: será a epidemia de transtornos mentais reflexo de um processo histórico, social e também geográfico, pois demonstra que a forma como vivemos nos centros urbanos potencializa o sofrimento entre a população? Nosso esforço vai no sentido de convergir teoria social com teoria do espaço, pois aquela discorre sobre as transformações sociais, como a ordem e a relações sociais de um tempo se constitui e se constituiu ao longo do processo histórico; e esta se dispõe a compreender a formação dos processos espaciais (que também são sociais) se formam ao longo do tempo e dão origem às cidades urbanas modernas do tempo presente. Na intersecção entre esses dois conjuntos (teoria social e teoria do espaço), intentamos entender quais são elementos sociais (aqueles contidos nas altas taxas de diagnósticos de transtornos mentais nos centros urbanos) que contribui para o adoecimento psíquico, e extrair deste cenário quem é o indivíduo em sofrimento. Assim sendo, almejamos alcançar as possíveis origens sociais do sofrimento psíquico atual.

1.1 OS TRANSTORNOS MENTAIS COMO UM SINTOMA SOCIAL E EXPRESSÃO DE UM TEMPO HISTÓRICO

² Boletim ISA Capital 2015, nº 13, 2017: **Transtornos mentais comuns na cidade de São Paulo**. São Paulo: CEInfo, 2017, 22 p.

A fim de compreendermos de que forma a alta epidemia dos transtornos mentais nos centros urbanos pode ser tratada sob uma perspectiva das ciências sociais, vale lembrar que o tema que transpassa essa pesquisa, “doenças mentais”, não é inusitado para tais ciências, embora só recentemente ela tenha se debruçado novamente em compreender sua ocorrência nas sociedades contemporâneas. Mas antes de adentrarmos mais profundamente nessa discussão, achamos importante conceituar o que significa “transtorno mental”, porque o próprio conceito já denota uma incerteza no que se refere a um diagnóstico biológico demarcado. De acordo com Elton Corbanezi, não há uma comprovação fisiopatológica da existência de doenças mentais como o transtorno depressivo ou o transtorno ansioso. Por este motivo, o principal manual que serve como guia clínico para os médicos psiquiatras, o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) não utiliza o termo ‘doença’, mas ‘transtorno’. Corbanezi afirma,

É justamente em virtude da ausência de conhecimento fisiopatológico da maioria das doenças mentais que o DSM substitui o conceito de “doença” (illness) por “transtorno mental” (mental disorder), o qual figura no título do manual desde a primeira edição. (CORBANEZI, 2015, p. 119).

Assim, na própria literatura médica psiquiátrica o termo “doença” não é utilizado, pois esta remeteria à enfermidade biológica, o que seria comprovado cientificamente por meio de exames clínicos. Não há um marcador biológico definido que indique o que é a depressão, o que é a ansiedade, o que são as doenças mentais nos seres humanos, embora sejam feitas pesquisas com esse intuito, principalmente na área da neurociência. Neste caso, o termo “transtorno” é empregado pois denota uma perturbação, uma confusão, um conflito mental que causa no indivíduo um estado de sofrimento psicológico intenso. Corbanezi chama a atenção em sua tese para o modo como a própria ideia de “mental disorder” carrega consigo a ideia de desajuste social, de um estado psicológico não tão vinculado a uma doença orgânica propriamente dita, mas uma condição em que o indivíduo é entendido como se comportando de modo socialmente não adequado para os padrões da sociedade em questão. Assim ele explica,

Reordenando o conteúdo psicopatológico, o conceito de transtorno mental (mental disorder) constitui um operador evidente da função política que a psiquiatria exerce em termos de normalização e de governo de conduta, visto que sua definição ocorre a partir da transformação e da perturbação do que é concebido como “order”. (CORBANEZI, 2015, p. 120)

Corbanezi defende que a depressão e a saúde mental estão ligadas à função biopolítica

do projeto político-social das sociedades neoliberais, que incentivam comportamentos nos indivíduos que os estimulam a serem mais produtivos, mais competitivos, que se ajustem e respondam às demandas sociais ditadas pelas normas do mercado. Nesse bojo, entra a ideia de “saúde mental”, que atuaria com a função de propagar ideias de condutas desejadas e compartilhadas por todos. O autor afirma que a partir da terceira edição do DSM, considerada o grande guia médico para o diagnóstico dos transtornos mentais, houve uma expansão do conceito de transtornos mentais. Esse alargamento conceitual permite que se abarque um leque muito diverso de manifestações comportamentais que, para o autor, seria uma explicação plausível para a dita “epidemia de depressão”. Corbanezi assim coloca,

Com função científica associada sinergicamente ao projeto político que intenciona produzir indivíduos mais eficientes, performáticos e otimizados, a nosologia psiquiátrica da depressão “evolui” para critérios diagnósticos cada vez mais abrangentes, a partir dos quais é possível capturar formas múltiplas, tênues e localizadas de sofrimento, constituindo assim a denominada “epidemia de depressão”. (CORBANEZI, 2015, p.11)

Segundo o autor, foi partir da década de 1970 que houve uma redefinição das categorias clínicas de transtornos mentais. Antes, a presença da psicanálise estava mais forte para se pensar em como lidar com o sofrimento psíquico daquelas pessoas que buscavam o atendimento médico. A partir da supracitada data – vale sublimar que, para muitos autores da teoria social, o período de 1960-1970 foi de grandes mudanças sociais e econômicas nos países ocidentais e urbanos – houve uma redefinição dos critérios diagnósticos dos transtornos mentais. A presença da Psicanálise contribuía para conceber os transtornos mentais (reiteramos aqui a informação de que não há indícios médicos e científicos das “doenças mentais” no organismo físico que defina estas as doenças) a partir de reações desproporcionais a algum acontecimento ou de conflitos internos do indivíduo. A partir desta data, houve uma predominância da perspectiva fisiologista da Psiquiatria, que define os transtornos mentais como oriundos de desequilíbrio neuroquímico. Houve um esvaziamento do entendimento do sofrimento psíquico a partir do contexto social e biográfico da pessoa e uma predominância da patologização das emoções e medicamentação da vida. Apesar da medicina tratar de forma individual o mal-estar psíquico, não há como negar que temos vivido tempos de intenso sofrimento.

Assim, podemos perceber que o interesse das ciências sociais em compreender os fenômenos sociais que nascem dos comportamentais humanos não é atual. O sociólogo francês e autor clássico das Ciências Sociais, Émile Durkheim, publicou em 1897 o livro O suicídio, que está entre suas principais obras. Nele, Durkheim defende que o ato de suicidar-se não é o resultado da existência de uma “doença mental” prévia que leva o indivíduo a tomar medidas extremas contra si próprio, mas sim o que o autor considera como sendo um fato social, ou seja, o suicídio é um fenômeno social que ocorre num contexto em que os indivíduos são impelidos pelas contingências sócio-históricas a se tornarem o que ele afirma como sendo “mortos voluntários”. São os “mortos voluntários” que irão compor a “taxa social de suicídio” que Durkheim procura entender. Ele afirma, “(...) a taxa social de suicídios só se explica sociologicamente. É a constituição moral da sociedade que estabelece, a cada instante, o contingente de mortes voluntárias.” (DURKHEIM, 2000, p. 384).

Colocando de outro modo, o ato suicida é entendido na teoria durkheiminiana não como algo relacionado exclusivamente às condições psicológicas do indivíduo, que teria uma doença mental para agir dessa forma, mas como um ato individual que surge de dinâmicas sociais específicas. Ele não está interessado em compreender as causas individuais que levam os indivíduos a tirarem suas vidas, em suas biografias ou motivos pontuais, o que Durkheim pontua “há homens que resistem a infelicidades terríveis, ao passo que outros se suicidam após leves aborrecimentos. Aliás, já mostramos que os indivíduos que mais sofrem não são os que mais se matam.” (DURKHEIM, 2009, p. 384).

Ao individualizar o problema, retira-se de vista os elementos sociais do fenômeno, e, por isso, Durkheim quer compreender as razões sociais desses suicídios, as razões pelas quais a taxa social de mortes voluntárias se mantém ao longo do tempo nos dados estatísticos das sociedades estudadas. Durkheim faz o levantamento de dados de 26.000 casos de indivíduos que conseguiram efetivamente tirar sua própria vida para tentar compreender esse fenômeno. Os dados utilizados são de casos de suicídios em diversos países em um determinado período de tempo. Mulheres se matam menos que homens, assim como velhos e crianças tendem a se suicidar com menos frequência. O período do ano também influencia na taxa social de suicídios. O assim autor conclui,

Se a mulher se mata muito menos do que o homem, é porque ela é muito menos engajada do que ele na vida coletiva e, portanto, sente com menos força sua ação boa ou má. O mesmo ocorre com o velho e a criança, embora por outras razões. Enfim, se o suicídio aumenta de janeiro a junho para em seguida diminuir, é porque a atividade social passa pelas mesmas variações sazonais. (DURKHEIM, 2000, p. 384)

Durkheim considera que há tendências coletivas na sociedade que atuam sobre o indivíduo, influenciando para que este manifeste reações suicidógenas. Ele entende que essas correntes vêm e vão, e não impactam diretamente a lei e a moral por serem momentâneas, embora contribua para que estas se cristalizem no meio social.

Outro estudo realizado por um dos maiores expoentes das Ciências Sociais, Karl Marx, foi o um texto intitulado Sobre o suicídio, publicado em 1846. Neste texto conjunto, Marx toma como base os escritos redigidos por Jacques Peuchet, um arquivista da Prefeitura de Polícia de Paris que se deteve em compreender os casos, sob seus cuidados, onde o suicídio poderia ser prevenido. Marx faz pequenos acréscimos ao texto de Peuchet mas mantém a ideia principal de que o fenômeno do suicídio na sociedade francesa da época não era uma doença mental dos casos analisados pelo escritor arquivista, mas era a expressão de um sintoma social, de um “defeito” da sociedade. Da seguinte forma Marx e Peuchet colocam no texto que “a classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos de nossa sociedade.” (MARX, 2006, p. 44).

Marx e Peuchet deixam claro que numa sociedade de classe em que a desigualdade social é basilar para o seu funcionamento, o suicídio vai vitimizar sempre as pessoas mais frágeis desta estrutura social: membros da classe operária, mulheres, jovens. A sociedade capitalista da forma que é constituída impele pessoas a tirarem sua própria vida. Isto demonstra que não são, nestes casos, pessoas “doentes mentais” que se suicidam, mas pessoas são levadas a tomarem essa atitude extrema frente à uma sociedade desigual, coercitiva, opressora e violenta. É uma atitude de desespero. Marx afirma,

(...) está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios, ao passo que os tártaros não se suicidam. As sociedades não geram todos, portanto, os mesmos produtos; é o que precisamos ter em mente para trabalharmos na reforma de nossa sociedade e permitir-lhe que se eleve a um patamar mais alto. (MARX, 2006, p. 25)

Isto posto, as análises de Marx sobre o suicídio enquanto um sintoma social não difere muito do que percebemos do sofrimento mental nas sociedades urbanas modernas. Vale pontuar que, ainda que não estejamos vivemos no mesmo estágio do desenvolvimento econômico e social do capitalismo analisado por Marx, ainda vivemos em sociedades capitalistas.

No que tange às pesquisas recentes sobre saúde e transtorno mental, estas jogam luz na natureza social que acompanham os sofrimentos mentais nas cidades. Em dados trazidos por

Ludemir³, os transtornos mentais incidem mais sobre mulheres e sobre populações economicamente vulneráveis. Assim, de acordo com essa pesquisa e com os dados coletados por meio pesquisas de campo, é possível mostrar que os transtornos mentais não afetam de forma homogênea todos os indivíduos, variando conforme o sexo, a classe social, a idade e até a crença religiosa. Não podemos pensar na alta prevalência dos transtornos mentais sem analisar em quais grupos esses transtornos incidem com maior frequência. Já em artigo³ que mapeia com pormenores as taxas de incidências de transtornos mentais na área urbana da cidade de São Paulo de acordo com os diversos grupos sociais, os achados são os seguintes:

a prevalência de TMC foi significativamente maior nos seguintes grupos: mulheres; pessoas com 60 anos ou mais; praticantes da umbanda/candomblé e evangélicos/protestantes quando comparados a católicos; viúvos; quem nunca frequentou a escola e quem possuía apenas ensino fundamental quando comparados a curso superior/pós-graduação; inativos/desempregados; quem possuía renda familiar de até um salário mínimo, entre 1 e 2 salários mínimos, entre 2 e 4 salários mínimos, e entre 4 e 9 salários mínimos quando comparados à renda familiar maior que 9 salários mínimos. (LUDEMIR, 2008, p. 3)

Podemos perceber de acordo com esses dados que, contrariamente à ideia de que os transtornos mentais tais como a depressão e a ansiedade são somente doenças orgânicas que acometem indivíduos em seus corpos físicos, como uma outra doença qualquer, há fatores sociais que tornam os indivíduos vulneráveis ou mesmo impõem a eles esse sofrimento mental. Não nos cabe neste espaço desenvolver as prováveis causas sociais à luz das teorias sociais do sofrimento dos grupos sociais que são mais vitimizados na sociedade. No entanto, pelos dados apresentados, podemos compreender que há menos doenças biológicas restritas a corpos individuais e mais causas que incidem sobre um conjunto socialmente vulnerável de indivíduos, que sentem mais as pressões e/ou as transformações do meio em que vivem do que outros.

Como o enfoque principal desta pesquisa está na tentativa de entender as razões pelas quais a depressão e a ansiedade são os transtornos mentais que mais incidem sobre os cidadãos urbanos, abrimos aqui um parêntese para compreender um pouco o que significa essas duas perturbações – a ansiedade e a depressão – virem frequentemente acompanhadas uma da outra nos indivíduos psicologicamente em sofrimento e serem consideradas as grandes chagas do tempo presente. Em artigo intitulado *A bio-social model for common mental disorders*, o

^{3 3} LUDEMIR, Ana Bernarda. **Saúde Mental e Cidades**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 18 [3]: 451-467, 2008.

professor de Psiquiatria do Instituto de Psiquiatria de Londres David Goldberg afirma que a depressão e a ansiedade são transtornos que estão intrinsecamente relacionados devido à forma como se interrelacionam e se articulam psicologicamente. Para o autor, a ansiedade está ligada ao mecanismo psicológico da punição; já a depressão, esta se vincula ao sistema de perda. Em suas palavras,

As duas principais dimensões da ansiedade e da depressão é relacionado às dimensões psicológicas da punição e recompensa, e nós devemos esperar uma relação entre ansiedade e ameaça, e depressão e perda. (tradução nossa) (GOLDBERG, 1994, p.67)

Como Goldberg desenvolve um modelo biossocial dos transtornos mentais, ele tenta articular três elementos para pensar seu modelo de perturbação mental e os fatores a ele relacionados: o meio social, isto é, as condições socioambientais nos quais o indivíduo cresce, vive, se relaciona e é submetido; com o comportamento do indivíduo propriamente dito, que são aqueles relacionados ao seu sofrimento pessoal e observados nas manifestações pessoais de depressão e ansiedade; e, por último, o autor busca compreender como o funcionamento cerebral reage quando exposto ao estresse. O que o autor coloca em seu texto é que a depressão e a ansiedade são duas perturbações que surgem como uma forma do indivíduo lidar com o estresse, e aqui queremos sublinhar bem esse ponto: o estresse a que o indivíduo é submetido faz com que nele sejam desencadeadas liberações neurológicas vinculadas a estes dois sistemas psicológica supracitados, os sistemas de recompensa e o de punição.

Goldberg afirma que indivíduos que passam por eventos traumáticos relacionados à ameaça estão mais vulneráveis a desenvolver sintomas ansiosos; já indivíduos que enfrentam acontecimentos de perda em suas vidas frequentemente manifestam comportamentos depressivos. Por último, ele desenvolve os conceitos de resiliência, atitude vincula às condições que facilitam a segurança e o apego do indivíduo em seu meio para que as vicissitudes da vida possam ser enfrentadas sem grandes sofrimentos mentais; e a vulnerabilidade, condições socioambientais que predispõe os indivíduos ao sofrimento. O autor é categórico quando afirma que as condições sociais prévias do indivíduo irão ditar sua predisposição ou não para desenvolver transtornos mentais. Assim, ele afirma que “The individual’s early environment provides additional vulnerability, or provides resilience to developing symptoms under stress.” (GOLDENBERG, 1994, p. 67).

O ambiente familiar é um local de suma importância que ou tornará os indivíduos vulneráveis num ambiente hostil, com pouca segurança emocional e apoio familiar, ou promoverá a resiliência, porque este é um espaço em que são ensinados, dos pais para os filhos,

habilidades, formas de enfrentar o estresse e doenças. Goldberg assim afirma,

We have argued elsewhere (9) that aversive events during childhood will further increase vulnerability to adult illness, while experience of a stable nurturant environment will increase an individual's resilience to mental disorder developing if stress occurs during adult life. The tendency for common mental disorders to be familial is partly accounted for by non-specific genetic factors, but must be mainly due to the fact that it is in the family that parenting skills are learned, that coping skills are passed on, that styles of interpersonal behaviour are laid down, and that a child learns ways of responding to illness. In this way one generation passes down to another sets of skills, attitudes and expectancies that are relevant to the development of disorder during adult life. (GOLDENBERG, 1994, p. 67).

O psicanalista Christian Dunker, em seu artigo intitulado *A hipótese depressiva*, é categórico em sustentar a tese de que a depressão é uma patologia do social e que ela é “como uma forma de vida que carrega dentro de si sua própria gramática de reconhecimento, bem como suas prescrições interpretativas”. (DUNKER, 2021, p.177). É um sofrimento normalopático⁴, compulsório e expansivo. Com as seguintes palavras ele afirma,

(...) abordaremos a depressão como uma patologia do social (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2018), ou seja, como uma forma de vida que carrega dentro de si sua própria gramática de reconhecimento, bem como suas prescrições interpretativas. (...), seria possível agora falar em uma hipótese depressiva, como uma forma de sofrimento normalopática, compulsória e expansiva. (DUNKER, 2021 p. 177).

Dunker faz uma digressão histórica para compreender como a sociedade que estudamos hoje, a capitalista urbana ocidental, se formou; ou melhor, quais foram os principais fenômenos históricos e sociais que puderam contribuir para que nos tornássemos socialmente o que somos hoje em termos de sociedade organizada. Ele não se estende muito no tempo, mas analisa a crise da Bolsa de Valores de 1929 e argumenta que, a partir daquele período, hoje uma mudança na forma dos estados e governos de se organizarem social e economicamente; tudo devido à esta crise que impactou a economia de diversos países do mundo. Não havia até aquele momento a categoria psicopatologia da depressão. A depressão era uma palavra que estava no discurso econômico e era um fato a ser tratado e discutidos pelos economistas.

⁴ A normalopatia é um termo que diz respeito à pessoa que está plenamente adaptada ao sistema social em que vive; que cumpre as leis, que joga as regras do jogo social. É um estado de “excesso de normalidade”. A ‘normalopatia’ tem sido objeto de pesquisa da Psicologia e da Psiquiatria em casos em que a pessoa, sem histórico de problemas mentais ou desajuste social, acaba tendo reações totalmente irracionais como entrar num shopping center e abrir fogo contra as pessoas que lá estão. Esta reação seria um comportamento de um frustrado socialmente, que não viu as promessas sociais de sucesso, bem-estar e felicidades cumpridas a todos aqueles que se ajustassem ao que a sociedades deles demandassem.

Até o início do século XX a depressão não era uma categoria da psicopatologia. Este tipo de sofrimento da mente estava mais vinculado à melancolia e era objeto de análise e reflexão filosófica. O termo “depressão” se tornou mais usual a partir da crise econômica mundial que ocorreu com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Esta crise econômica ocorre quando os preços das ações da bolsa sofrem imensa desvalorização no mercado, o que dá início a um efeito dominó, gerando uma onda de desemprego, quedas na produção industrial, no Produto Interno Bruto, nos preços das ações e das atividades econômicas de diversos países do mundo. Em outras palavras, de acordo com Dunker, até aquele momento a ideia de depressão enquanto doença mental não existia como existe hoje. A depressão sempre era utilizada subsumida a um discurso econômico, de combate e enfrentamento a um estágio em que a economia não deveria retroceder. A crise de 1929 evidenciou que o Estado não poderia se isentar totalmente da sua participação na economia, mas que deveria exercer o papel de compensador, regulando, favorecendo e estimulando a livre-concorrência como também inibir monopólios e zonas de proteção injustificada. No pós-guerra, há a expansão da sociedade de consumo de massa, melhores condições de trabalho conquistadas pela classe trabalhadora cujas reivindicações geraram resultados na correlação de força com a classe dos empresários.

Todavia, a partir da década de 1970, Dunker afirma que o capitalismo sofre uma mutação: até essa data o trabalhador era protegido do sofrimento por meio da proteção social do Estado; a partir de meados de 1970 descobre-se que o sofrimento imposto ao trabalhador, quando bem administrado e feito corretamente, poderia contribuir para um aumento da produtividade. Assim o autor afirma que “em vez de proteção e narrativização do sofrimento, descobre-se que a administração do sofrimento, em dose correta e de forma adequada, pode ser um forte impulso para o aumento da produtividade.” (DUNKER, 2021, P. 181).

Importante citar que Dunker afirma que na clínica psicanalítica ele observa que a depressão comumente vem acompanhada de quadros ansiosos. Desta forma, o autor afirma

A contraface dessa hipótese requer que também a angústia seja separada da expressão de conflitos. Ela é transformada primeiramente em ansiedade, depois em estresse, para finalmente emergir como mera expressão de uma descompensação cerebral, sem que por outro lado se explique muito bem por que processos ansiosos e processos depressivos costumam andar tão juntos na clínica. Como se a angústia crônica “cansasse” o sujeito e isso o levasse à depressão, assim como se a depressão crônica paralisasse o sujeito e isso o levasse à ansiedade, contudo as das coisas acontecem sem um nexo lógico ou causal entre elas. (DUNKER, 2021, p. 190)

Indo ao encontro do que Dunker sustenta, de que a depressão é uma patologia social, podemos afirmar que os argumentos de Goldenberg complementam o que Dunker defende. Para Dunker, a depressão surge como uma gramática de sofrimento mental relativa à lógica do neoliberalismo, que transforma o sofrimento humano numa política. O depressivo acaba se tornando a figura do desajustado, do fracasso, da pessoa que, por mérito próprio e esforço individual, não foi competente o suficiente para fazer-se a si mesmo, de alcançar sucesso pessoal, profissional. Dunker afirma que a depressão acaba se tornando uma normalopatia⁵, isto é, quando um modo de ser e sentir se generaliza como um “padrão”.

Assim, se a depressão é uma patologia do social, essa se expressa no indivíduo, utilizando o modelo biossocial de Goldberg, como um sentimento causado por uma sensação de perda, fracasso, causado pelas demandas sociais não cumpridas por este indivíduo habitante de uma sociedade urbana mediada por valores neoliberais, que a cada dia impõe sobre ele mais imposições e pressões sociais. E a ansiedade é a manifestação comportamental de alguém que está dentro do torvelinho social, sob ameaça, sob risco de punição por não se ajustar às cobranças sociais. São duas emoções que se complementam e que surgem do seio das dinâmicas sociais das sociedades contemporâneas.

Em síntese, a depressão e a ansiedade estão relacionadas à forma como o indivíduo lida com o estresse; essas perturbações podem ser ou potencializadas ou atenuadas se consideradas as condições sociais – e aqui também considera as condições familiares – em que ele se encontra e de onde nasce.

⁵ **O neoliberalismo e seus normalopatas.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/03/o-neoliberalismo-e-seus-normalopatas>. Acesso em: 22 jan 2022.

2 A SOCIEDADE E O INDIVÍDUO

A compreensão das razões que tornam, nos meios urbanos, os indivíduos vulneráveis ao sofrimento psíquico e à sensação de mal-estar (este último compreendido por sentimentos como insuficiência, melancolia, irritabilidade e preocupação excessiva) podem ser entendidos também se recorrermos à análise do contexto sócio-histórico e geográfico desses indivíduos em sofrimento. Os seres humanos nascem e vivem em sociedade, que se desenvolve ao longo do tempo e numa determinada localidade espacial. Compreender como os espaços são historicamente construídos também será importante para entendemos a construção da subjetividade dos indivíduos que nas cidades residem. Geógrafos urbanos como David Harvey e Edward Soja propõem como método de análise dos espaços sociais o materialismo histórico-geográfico. Por meio deste método conseguimos compreender como o espaço é moldado pelas práticas sociais e como estas últimas se transformam com a transformação do espaço.

Se para os médicos epidemiologistas a forma como vivemos nas cidades eleva a chance de doenças mentais⁶, e se entendemos as cidades como produtos sociais, resultado de um processo histórico e social, então os indivíduos que habitam nesses espaços serão formados social e historicamente em sua forma de conceber a si mesmo (sua subjetividade), seus anseios e desejos de vida, o espaço onde habita e o outro, com quem se relaciona. Como afirma Lefebvre (2013, p. 86), o espaço contém relações sociais, que precisam ser conhecidas, saber como são e por quê. Desta forma, entendemos que os fatores sociais que se manifestam por meio de doenças psicológicas podemos ser analisados por meio da análise da sociedade e da construção do ambiente vivido em que indivíduo habita.

Frisamos a importância do espaço geográfico na compreensão de patologias mentais e na análise social, pois aquele é o local da reprodução da vida e não faz parte apenas da natureza, mas nele também se manifesta uma segunda natureza, idealizada e produzida pelos seres humanos. De maneira que possamos compreender como a teoria social contemporânea se articula com a teoria do espaço para delineamos uma compreensão das razões sócio-históricas e espaciais do mal-estar generalizado que acomete os indivíduos na contemporaneidade, ressaltamos que problemática do espaço nas Ciências Sociais tem sido retomada de forma paulatina desde a década de 1970 do século XX. Assim sendo, o debate está aberto e sendo revivido como um meio de melhor compreender as problemáticas que surgem nas cidades de

⁶ **Quanto maior a cidade maior o risco de doença mental** – Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/quanto-maior-a-cidade-maior-o-risco-de-doenca-mental/>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

hoje. Intentamos, portanto, contribuir no esforço da recuperação do espaço na teoria social. Não propomos esgotar o assunto, mas lançar caminhos para que possamos compreender um pouco mais sobre como vivemos em sociedade nas cidades contemporâneas.

Neste capítulo o esforço se dará no sentido de entender sobre qual sociedade nos referimos. Pretendemos entender quais são os processos históricos e sociais implicados na formação da sociedade moderna que irá constituir as cidades urbanas. A teoria social contemporânea traz contribuições não só para compreendermos a sociedade em sua totalidade – no que diz respeito às práticas sociais e culturais, que são específicas de um tempo e um espaço – mas também essas teorias nos auxiliam a pensar a subjetividade do indivíduo nessas sociedades (mais uma vez, frisamos que nos referimos às sociedades urbanas, sociedades estas pelos quais passaram pelo processo de industrialização e urbanização⁷. Essas sociedades são as sociedades democráticas, de regime capitalista neoliberal).

Nossa hipótese é a de que são nas formações sociais de regime neoliberal e urbano que uma nova subjetividade humana, uma racionalidade, será constituída para se adequar às demandas e expectativas sociais daquele sistema social específico. Simmel já sinalizava em seu texto “Vida mental e a metrópole” que um tipo urbano de personalidade é forjada com as novas relações que eram contraídas nas metrópoles por ele observadas (no caso, a Berlim do final do século XIX). Simmel afirma (1967, p.577) que o fundamento psicológico que se eleva na personalidade dos indivíduos das cidades grandes é baseada na intensificação da vida nervosa. A forma como a sociedade irá se constituir no tempo e no espaço na produção da vida material (nos espaços sociais das cidades) irá contribuir para que o indivíduo se comporte em manifeste sentimentos que encontrarão ressonância no modo de vida urbano das sociedades contemporâneas. Esses sentimentos socialmente gerados serão individualizados como doença pela medicina, que patologizará emoções humanas; e estas serão oriundas da forma como vivemos nossas vidas, nos relacionamos com os demais e absorvemos valores sociais e culturais nos espaços urbanos nos quais habitamos.

⁷ Nesta pesquisa utilizamos o pensamento do sociólogo francês Henri Lefebvre sobre a produção do espaço geográfico. Para Lefebvre, as cidades urbanas são aquelas constituídas em sociedades que passaram pelo processo de intensa industrialização e urbanização, sendo que este último se desprende do processo indutor da industrialização e torna-se prevalente sobre aquele. Quando a industrialização não é a mais o fator gerador de mudanças, mas a urbanização (que se torna um elemento autônomo), vivemos um período, de acordo com Lefebvre, de “problemáticas urbanas”. Vemos o problema das doenças mentais nos centros urbanos como elementos pertencentes à est⁷a problemática.

2.1 O INDIVÍDUO DEPRIMIDO NA SOCIEDADE DA COMPETIÇÃO

Para o sociólogo francês Alain Ehrenberg, a ordem social em que vivemos, sociedades ocidentais de valores modernos e capitalistas, faz com que os indivíduos que nelas vivem desenvolvam uma série de mal-estares psicológicos devido à própria forma de como a sociedade se estrutura. Em sua pesquisa social, Ehrenberg tem como hipótese a depressão nervosa como uma patologia social. As doenças nervosas são um pano de fundo para o autor desenvolver sua teoria social acerca das sociedades contemporâneas.

Em seu livro, *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*, Ehrenberg toma como estudo a sociedade francesa da década de 1980. Ele quer compreender como o esporte se tornou tão popular dentro das empresas de modo que os funcionários devem participar de competições e disputas para desenvolver habilidades e características que são consideradas – pelos executivos – como favoráveis ao trabalho. Ehrenberg afirma que (...), o esporte é uma técnica de fabricação da autonomia, uma aprendizagem do governo de si mesmo que se desenrola na vida privada quanto na vida pública.” (EHRENBURG, 2010, p. 20).

No entanto, as mudanças sociais que o autor elenca como sendo relevantes para traçar análises de interpretação da sociedade francesa são alterações que podem ser encontradas também em outras sociedades expostas às políticas neoliberais que, a partir da década de 1960 e 1970, se difunde como um projeto social (e não só de política econômica) para o mundo.

Ehrenberg vê no esporte o veículo de propagação dos valores empresariais, que se pautam pela disputa, concorrência, sucesso por mérito e fracasso como maldição social. As empresas, através do seu setor de gestão de pessoas e de recursos humanos, se valeram dos esportes e da aventura como forma de desenvolver em seus funcionários comportamentos e habilidades para lidar com situação de risco e de alta imprevisibilidade – característico do mercado financeiro. Inicia-se para o autor a chamada “era do heroísmo”, no qual o indivíduo moderno irá viver sua própria aventura heroica. Ele argumenta,

Quando a salvação coletiva, que é a transformação política da sociedade, está em crise, a verborreia de challenges, desafios, performances, de dinamismo e outras atitudes conquistadoras constitui um conjunto de disciplinas de salvação pessoal. (EHRENBURG, 2010, p. 13).

A valorização da disputa, da competição, do mérito, da busca individual por sucesso pessoal é um sintoma das mudanças pelos quais a sociedade através das modificações que ocorreram a nível social. Embora sua análise dos elementos que causaram as mudanças sociais seja pouco explorada pelo autor, Ehrenberg entende que as políticas de desregulamentação do

Estado das diversas esferas da sociedade fizeram com que a ordem social se reestruturasse de forma a impor ao indivíduo – vale ressaltar, diversos direitos sociais foram retirados ou diminuídos; o indivíduo está fragilizado socialmente – uma responsabilidade por sua própria vida e escolhas que antes não existia dessa mesma forma. Nesse contexto, o indivíduo é desprovido de proteção social e cabe somente a ele realiza-se sozinho socialmente. Cria-se uma mitologia da autorrealização que provê ao “indivíduo sem vínculo” formas de agir e pensar irão guiá-lo a caminhos de sucesso e conquistas. O autor afirma,

Diante dessa aventura empreendedora em que se tornou a vida em sociedade, em relação o qual faltam frequentemente os reparos e os meios institucionais em permitiriam a qualquer um enfrenta-la, não causa espanto ver a obrigação de ganhar vir acompanhado de uma crise de identidade maior, em uma depressão nervosa apoderar-se de uma boa parte de nossos compatriotas. (EHRENBERG, 2010, p.14)

É através da crise gerada pela descrença nono progresso linear que tem no Estado-Providência sua expressão máxima que a instituição “empresa” surge como uma alternativa para suprir essa falta de segurança social. “Empresa” não é somente um grupo de pessoas que trabalhavam conjuntamente para fins de interesse financeiro que envolva a todos. A instituição “empresa” para Ehrenberg será uma mentalidade coletiva que dará sentido às novas práticas sociais que surgem no bojo das mudanças sociais. Assim sendo, “A heroização do empreendedor acompanha o recuo dos valores da filiação coletiva.” (EHRENBERG, 2010, p. 69). Em outras palavras, o modelo empresarial de vida e a ação de empreender será a nova referência de viver e estar no mundo para o indivíduo, que terá que se auto governar, de fazer suas próprias escolhas sem depender de ninguém e terá que arcar, sozinho, com as próprias consequências de suas boas ou más escolhas. Somos agora “indivíduos-empresa”, empresários de nossas próprias vidas e os únicos responsáveis por ela. Nossa identidade agora é de “indivíduo-trajetória”, que nos torna “indivíduos” em meio a outros indivíduos. “(...) se comportar como indivíduos, (...), esse modo de socialização que impõe cada um tornar-se visível e a obrigação de ser autônomo.’ (EHRENBERG, 2010, p. 173).

Como não há mais uma salvação coletiva proporcionada pela política (que asseguraria direitos sociais e coletivos às pessoas), o ato de empreender é uma forma de ação para vencer as adversidades enfrentadas nesse novo contexto econômico, social e político. Assim o autor afirma,

Numa relação com o futuro caracterizado pela incerteza, que vê recuar, em nome da mudança permanente, a crença no progresso linear que simbolizava o Estado-providência, a ação de empreender é eleita como instrumento de um heroísmo

generalizado. É por isso que o sucesso empreendedor é considerado como a via real do sucesso. (EHRENBERG, 2010. p. 13)

A construção do indivíduo moderno, que mora e se reproduz nas cidades urbanas das sociedades democráticas, é do indivíduo sob perfusão ou o “indivíduo soberano”. Ehrenberg pontua que a mudança que ocorre de um modelo de gestão social baseado na disciplina (que hierarquizava e situava os indivíduos socialmente de acordo em seus papéis baseados em sua classe social e em seu sexo), para o fim dessas referências tradicionais, deixa de ter sentido nesse novo contexto social.

A dinâmica que erigiu a ação de empreender como modelo de conduta de massa faz perder toda a legitimidade dessas hierarquias instituídas a priori pelo nascimento; eladesfaz essa representação do baixo e do alto em benefício de uma mobilidade indeterminada, aberta sobre uma trajetória. (EHRENBERG, 2010, p. 171)

O indivíduo está liberto dos padrões sociais de uma época que o colocava dentro de normativas sociais. Esse indivíduo é o “indivíduo puro”, “indivíduo soberano”, liberto dos padrões e normas sociais impostas e externas a sua própria vontade. Agora ele está livre para ser o herói de si mesmo, para se constituir de acordo com as suas próprias vontades para viver a aventura heroica de sua própria vida. Não há mais normas de condutas e modelos de referências para serem seguidos, assim como não há mais barreiras e limites que se oponham à realização pessoal. A responsabilidade pelo fracasso ou sucesso pessoal está toda sob o indivíduo.

Essa nova responsabilidade será vivida como uma pressão psicológica muito grande sobre o indivíduo que, cansado da obrigação para ganhar o jogo social do sucesso, padecerá o que Ehrenberg irá denominar como “enfermidade da responsabilidade”. O indivíduo que concebe a si mesmo como uma empresa que se auto governa e que investe em si mesmo e que tem somente a si mesmo responsável por decisões e diretivas que irão levá-lo à realização pessoal, se sentirá insuficiente. “O deprimido não está à altura, está cansado de fazer se convertido em si mesmo.” (EHRENBERG, 2010, p.12).

Sendo assim, a depressão nervosa será reveladora das mudanças pelos quais passou a individualidade contemporânea. Se as normas sociais para o reconhecimento e o sucesso toma formas de uma aventura heroica, o indivíduo terá de ter uma alta performance no jogo social e irá utilizar de psicotrópicos para ocultar o cansaço, a tristeza e demais sentimentos causados pelo excesso de pressão social para que ele se torne “alguém”, e se singularize dos demais. Ehrenberg assim afirma,

As drogas são o modo de ação do homem que ainda não se conquistou ou que se perdeu, ou seja, que, incapaz de alcançar a autonomia, afasta-se de uma independência em relação a si mesmo e à realidade social. Elas são uma maneira de livrar-se do peso dessa pesada liberdade que é a autonomia.
(EHRENBERG, 2010, p. 142)

É nesse aspecto que haverá uma mudança de significado do conceito de “se drogar”: “drogas” serão somente as consideradas ilícitas (cocaína, anfetamina, e, mais recentemente, as o md e o oxi) e não as prescritas por médicos psiquiatras com vistas a atenuar o cansaço, o humor deprimido e o desânimo. Não há mais o intuito de se inebriar com psicoativos que alteram o estado de consciência, mas estes passam a servir como drogas de integração social. Com as palavras de Ehrenberg,

Os estimulantes da sociedade concorrencial são drogas de integração social e relacional. Os medicamentos psicotrópicos são assimiláveis a práticas de modificação de estado de consciência de indivíduos impelidos a ser inteiramente responsáveis por seus destinos. Ninguém mais os toma para inebriar-se ou por prazer, mas para aliviar a carga de responsabilidade quando ela se torna muito pesada. (EHRENBERG, 2010, p. 143)

Logo, e conforme a teoria social de Alain Ehrenberg que versa sobre patologias sociais, o indivíduo depressivo que recorre às medicações psicotrópicas para atenuar o sofrimento psíquico, será o indivíduo cansado de fazer-se a si mesmo numa era do heroísmo, que em todos é inculcada a ideia das conquistas sociais somente àquele que se esforça suficientemente e realiza a si mesmo nesse processo. A individualidade construída nesse contexto social será aquela que corresponda às demandas de uma sociedade da competição, do individualismo, do consumismo.

Cada um deve viver sua vida e ter sucesso nela, já que está sem um mais além político ou religioso. A estratégia familiar (...). Ela torna-se insatisfatória e recua diante da norma de ter sucesso rápido e jovem porque a secularização da existência comprimiu nossa experiência de tempo. A igualdade hoje só tem sentido no tempo curto de uma vida humana. A aventura empreendedora e o indivíduo-trajetória são a síntese desses deslocamentos. (EHRENBERG, 2010, p. 174).

Podemos afirmar, portanto, que patologias como a depressão nervosa – para listar somente uma e a mais comum na contemporaneidade – surgem em um meio social específico de alta competição entre os indivíduos (competição esta que extrapola os ambientes concorrenciais do trabalho e passa a permear as relações entre os indivíduos), extremo individualismo e fragmentação da existência humana. Como há o dismantelamento de um Estado forte e provedor que proteja os indivíduos das ameaças que possam acometê-los em sua trajetória de vida (provocado pela retirada da participação do Estado em diversas esferas da

sociedade), o indivíduo passa a ser o único responsável pela sua própria existência. Esta é a experiência temporal das sociedades ocidentais de regime capitalista e neoliberal (embora Ehrenberg cite pouco o conceito do neoliberalismo, os valores que são propagados são valores atinentes ao projeto social deste modelo de sociedade); e como, segundo Lefebvre (2002, p.15) vivemos num período de processo de urbanização total da sociedade, as sociedades as quais Ehrenberg desenvolve seu pensamento são aquelas que se manifestam no espaço das cidades urbanas e modernas.

2.2 A SOCIEDADE DO CANSAÇO E OS “ENFARTOS PSÍQUICOS”

Um autor muito citado em artigos e reportagens sobre a condição das sociedades contemporâneas é o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Em seu livro mais famoso, *Sociedade do Cansaço*, Han se esforça na compreensão das sociedades pós-modernas (sendo este o termo utilizado por ele para se referir às sociedades de hoje).

Em seu pensamento, Han dialoga diretamente com Alain Ehrenberg para desenvolver sua análise sobre as razões da generalidade do cansaço que acometem os indivíduos nas sociedades ocidentais. Assim como Ehrenberg, Han entende que as diversas patologias psíquicas diagnosticada e categorizadas pela medicina são comportamentos e sentimentos que encontram embasamento na análise sociológica das sociedades onde essas doenças incidem. Han afirma (2017, p. 7) que as doenças neuronais como a depressão determinam a paisagem patológica do começo do século XXI. Ele não apenas cita a depressão como também a síndrome do Burn Out (comumente conhecida como o esgotamento mental pelo qual passam os profissionais de diversas áreas de atuação) e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade) como estados psicologicamente patológicos que surgem no começo do século XXI e que são bem específicos da forma como vivemos em sociedade.

O que é inusitado no pensamento de Byung-Chul Han é que ele utiliza da analogia com os vírus e com a reação imunológica dos corpos humanos àqueles para desenvolver seu raciocínio de como os indivíduos lidam com o diverso e, nessa relação, sucumbimos perante o outro ou formamos nossa identidade. Para Han, o século XX se caracterizou como um século onde as sociedades se pautavam por uma lógica binária do nós versus eles. A alteridade do outro era vista como uma ameaça, tal como o é um agente patógeno dentro do corpo humano. Muros, barreiras, cercas expressam bem esse mundo de defesa contra o estranho, o desconhecido, o diferente. Com as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas geradas com a

globalização, a alteridade passa a ser concebida não mais como uma ameaça, mas como o diferente. Houve uma mudança de perspectiva sobre como lidar com o diferente de nós. O autor afirma “O paradigma imunológico não coaduna com o processo de globalização.” (HAN, 2015, p. 13). O diferente, nesse caso, é bem-vindo até por motivos econômicos. Para Han, “O estranho cede lugar ao exótico. O tourist viaja para visita-lo. O turista ou o consumidor já não é mais um sujeito imunológico.” (HAN, 2015, p. 11).

No entanto, esse processo de “assepsia” da ameaça para a “harmonia” com que lidamos com o estranho (e nesse ponto cabe inúmeras críticas a Han, pois vivemos em tempos de retorno da xenofobia⁸ e dos muros⁹ que visam separar povos não bem-vindos), não ocorre de forma natural. Han explica da seguinte forma o processo de reconhecimento, identificação e enfrentamento do estranho: o próprio é o polo “positivo” e o outro, o polo “negativo”. Na dialética do próprio que reconhece o outro como estranho, o próprio se autoafirma enquanto nega o outro. Nesse processo de negação do outro, o próprio constrói sua identidade e formas de lidar com o estranho. Com as palavras, o autor,

Nessa negatividade do outro o próprio sucumbe, quando não consegue, de seu lado, negar àquele. A autoafirmação imunológica do próprio, portanto, se realiza como negação da negação. O próprio afirma-se no outro, negando a negatividade do outro. (HAN, 2015 p. 14)

Para chegar nessa análise do excesso de positividade, o excesso do “igual”, que acometeria o indivíduo que não se sente mais ameaçado com a negatividade do diferente, Han argumenta que vivemos num novo modelo de sociedade, distinto daquele do início do século XX, que era o modelo de sociedade disciplinar. Esta formação social, a do controle, da disciplina, seria representada por asilos, prisões, hospícios e quartéis e estaria muito bem compreendida por meio do pensamento do filósofo francês Michel Foucault – com quem Han também dialoga na construção de sua própria análise social.

Achamos importante frisar algumas passagens do pensamento do autor que não são muito desenvolvidos na obra mas que se faz de extrema relevância para compreender sua análise com coerência: o que modifica a ordem social do modelo disciplinar para o modelo de

⁸ **Discurso xenófobo volta às ruas sem censura em vários países da Europa**, G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/28/discurso-xenofobo-volta-as-ruas-sem-censura-em-varios-paises-da-europa.ghtml>>. Acesso em: 4 out. 2021.

⁹ **Governo Trump concluiu apenas 60% da obra do muro na fronteira com México**, VEJA. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/governo-trump-concluiu-60-da-obra-do-murona-fronteira-com-mexico/>>. Acesso em: 4 out. 2021.

sociedade do desempenho é a globalização e a desregulamentação por qual passam os sistemas sociais. A globalização e a desregulamentação social permitem com que o indivíduo, que antes estava submetido a coerções externas e proibições do modelo social disciplinar, possa ser livre para agir sobre o mundo de acordo com suas próprias vontades. O verbo modal do passado era “dever”; de hoje, “poder”. Han afirma também que a subjetividade gerada nos diferentes modelos sociais se modifica, sendo que “A sociedade disciplinar gera loucos e delinquentes. A de desempenho, depressivos e fracassados.” (HAN, 2019, p. 25).

Um outro detalhe muito importante colocado pelo autor é o fato de que o modelo social da proibição impede com que as forças produtivas cresçam. Assim, podemos entender que a produção industrial capitalista também tem impacto direto na mudança social e na construção da subjetividade do novo trabalhador, mais ajustado às demandas laborais do novo padrão produtivo do capitalismo flexível. Assim, nas palavras de Han, “O sujeito de desempenho é mais rápido e mais produtivo que o sujeito da obediência.” (HAN, 2019, p. 25).

Não vivemos mais em sociedades que nos forcem a estar dentro de expectativas sociais por meio da disciplina e do controle, mas nas sociedades pós-modernas neoliberais somos convencidos de que somos livres. E essa liberdade acaba nos tornando escravos do desempenho, da performance. Mais adiante, Han afirmar seremos convencidos da nossa liberdade para que possamos exercê-la em prol do capital, “A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital para a sua própria multiplicação. Assim, o capital explora a liberdade do indivíduo para se reproduzir.” (HAN, 2019, p.13).

Como não há fatores sociais coercitivos da sociedade cujo modelo é o disciplinar, as doenças psíquicas para Byung-Chul Han surgem como o efeito da violência imanente de uma sociedade com excesso de positividade, sendo esta oriunda da superprodução, super desempenho e supercomunicação, como também do excesso do igual. Em outras palavras, a perspectiva do outro foi modificada e não mais nos autoafirmamos em contraposição ao diferente. Nossa subjetividade não mais é formada em contraposição ao outro. Os novos moldes sociais gerados pela globalização, pela desregulamentação da sociedade, pela a aceleração da produção industrial e pela emergência das tecnologias de informação, que o indivíduo se transforma em empreendedor de si mesmo e a ideia de liberdade é explorada para que ele se convença de que é o único responsável pelo seu sucesso e seu fracasso. É essa violência sistêmica do modelo social do desempenho e da liberdade que fará com que doenças como a depressão, o TDAH, a síndrome burnout, como também a Síndrome de Fadiga por Excesso de

Informação (SFI) surjam¹⁰ e acometam cada vez mais os indivíduos em sociedade. Han coloca da seguinte forma, “Já no regime neoliberal de autoexploração, a agressão é dirigida contra nós mesmos. Ela não transforma os explorados em revolucionários, mas sim em depressivos” (HAN, 2019, p. 16)

Não há mais a figura do soberano, que impunha ao servo serviços e obrigações. Agora, é o próprio indivíduo que explora a si mesmo, imbuído da ideia de ‘liberdade’. Reiterando o que Ehrenberg já defendia em seu pensamento, Han afirma que na sociedade da liberdade os indivíduos “são empresários de si mesmos. (HAN, 2019, p.23).

Se em Sociedade do Cansaço Han inicia seu pensamento social discorrendo brevemente sobre como ocorre a mudança na ordem social das sociedades ocidentais democráticas que afetam os indivíduos que nelas nascem e habitam e geram as atuais doenças psíquicas, é em Psicopolítica, O neoliberalismo e as novas técnicas de poder, que o autor aprofunda sua teoria social, dissertando sobre como o regime neoliberal faz surgir novas relações humanas e sociais e novas subjetividades. Han considera o neoliberalismo como uma mutação do capitalismo, que transforma a ideia do trabalhador em empreendedor. Antes, o trabalhador pertencia a uma classe, a classe dos trabalhadores que se uniam numa categoria que possuía interesses convergentes. Agora, há apenas o indivíduo, que se transforma em seu próprio patrão. Assim ele afirma, “Hoje, cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma luta interior consigo mesmo.” (HAN, 2018, p. 14).

Esse novo arranjo sociocultural da sociedade do desempenho produz depressivos e fracassados e forja as “enfermidades da responsabilidade”, já anteriormente citado por Ehrenberg e que será citado por Dardot e Laval como “doenças da responsabilidade”.

2.3 O NEOSSUJEITO NAS SOCIEDADES NEOLIBERAIS

A doença da responsabilidade surge a partir de relações permeadas por determinados valores, que farão a mediação do indivíduo com o mundo. Os autores franceses Pierre Dardot e Christian Laval discorrem em seu livro A Nova Razão do Mundo sobre a sociedade neoliberal, onde os valores econômicos não se restringem à esfera da economia como instância de gestão financeira do Estado, mas penetram nas diversas dimensões do mundo social e ditam as normas

¹⁰ DIZ, Vera Braga. **O esgotamento do sujeito pelo excesso de informação**. Disponível em: <https://falouedisse.blog.br/?p=5280>. Acesso em: 15 outubro 2021.

sociais como uma nova concepção de organização social.

O neoliberalismo não é apenas uma estratégia econômica que se baseia no pensamento neoliberal, mas é uma ideologia, uma forma de conceber o mundo social e as relações humanas: “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15).

O pensamento neoliberal nasce no seio do liberalismo, mas não é uma nova roupagem deste. O neoliberalismo surge como um pensamento novo que tem em vista não apenas implementar uma política econômica, mas uma estratégia governamental de gerenciamento das cíclicas crises do capitalismo. Os autores emprestam a ideia de “razão governamental” do filósofo francês Michel Foucault, que pensa a governamentalidade como táticas e estratégias de gestão e adestramento dos seres humanos numa ordem social.

Dardot e Laval apontam que o quadro normativo neoliberal não surge espontaneamente e não é concebido racionalmente por determinado grupo, mas é resultado de um processo histórico. Suas ideias estavam sendo gestadas desde os anos 1930, ano da crise mundial gerada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque. Após a crise do capitalismo dos anos 30, houve intensos debates entre ensaístas e políticos sobre qual seria a melhor estratégia de governo, sendo essas críticas dirigidas ao formato do Estado de Bem Estar Social. No entanto, é a partir da “grande virada” dos anos 1970-1980 que o neoliberalismo triunfa como norma mundial e se expande mundialmente por meio de políticas econômicas sociais como as de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. A política neoliberal implementada nesses países foi de extrema importância para que diversos outros países pudessem se espelhar e desenvolver políticas afins. Foi através da influência desses países sobre outros que o neoliberalismo foi permeando e modificando os conceitos de Estado e de sociedade, e se impondo como “um sistema de norma que hoje estão profundamente inscritos nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais.” (DARDOT E LAVAL, 2009, p. 90).

A lógica neoliberal passa a ser o referencial normativo da existência humana, sendo a partir dele que os indivíduos vão constituir suas identidades, seus anseios, desejos; e como vão conceber a sociedade e a coexistência entre seus iguais. Como os autores afirmam, “O neoliberalismo é a razão do Capitalismo”, é a forma de “pensar” do capitalismo que será propagado e disseminado socialmente como uma norma de existência. Por meio desse sistema de referência que irá surgir uma nova racionalidade necessária ao funcionamento do capitalismo, que se perpetua não só fazendo modificações nos modos de produção, mas

principalmente na forma social. Alterando como a sociedade se organiza, como o Estado é definido, como as instituições sociais são concebidas, o capitalismo insere seus valores em todas as dimensões das relações políticas, econômicas e sociais. A este respeito os autores afirmam, “O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades.” (DARDOT E LAVAL, 2009, p. 16)

Para entendermos um pouco sobre a projeto social do neoliberalismo, temos que ter em mente o que seus ideólogos defendem. Von Mises e Hayek são as principais referências teóricas desse pensamento. Para esses autores o Estado nada mais é do que um algoz dos indivíduos e o responsável por tolher a liberdade humana, sendo esta considerada o valor supremo da condição humana. O mercado reflete a ambiência em que os indivíduos, sempre motivados por seus próprios interesses, manifestam seus desejos e anseios e concorrem entre si por uma melhor sorte. As empresas, livres e desimpedidas do controle da “ditadura do Estado” (termo usado por esses autores para se referir ao controle estatal), irão responder aos desejos dos indivíduos que não são mais considerados “cidadãos”, mas consumidores. Desta forma tem-se início o que Dardot e Laval diz do “sujeito empresarial”. Assim os autores colocam,

O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo. (DARDOT E LAVAL, 2009, p. 140)

Assim, sob os valores neoliberais que o indivíduo irá se constituir por meio de valores sociais amplamente difundidos culturalmente como os “indivíduo soberano”, que é livre para fazer-se a si mesmo, sem amarras sociais e limitações; sendo livre e responsável por si, cabe somente a ele o sucesso ou o fracasso social. O esforço individual para atingir objetivos determinados é valorizado, assim como o da livre iniciativa e da pró-atividade. Serão estes os valores que darão base para que uma nova subjetividade se constitua, onde o indivíduo moderno é educado e constantemente convencido de que é assim que as coisas são e têm que ser. É esse o “neossujeito” (termo cunhado pelos autores para se referir ao novo sujeito social nascido na ordem neoliberal) que viverá nos centros urbanos, que reproduzirá os valores capitalistas nas diversas esferas da vida cotidiana e fará com que a cultura neoliberal da concorrência, do culto à liberdade, do culto ao Eu e da autonomia se naturalize como uma forma de viver e sentir a vida humana e o mundo social.

Tomando como marco analítico a difusão do quadro normativo neoliberal e a

constituição dessa nova subjetividade humana que possa condizer com as expectativas sociais desse tempo histórico, as cidades urbanas se constituirão sob os pilares dos valores capitalistas. São nesses espaços sociais que o novo sujeito será formado e encontrará os elementos para que sua individualidade seja constantemente forçada a se ajustar às demandas do mercado econômico global. Quando recorremos à análise da teoria urbana de Lefebvre, o autor já sinalizava as cidades como obras em construção e cuja orientação caminharia “na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos.” (Lefebvre, 2001, p. 12).

2.4 A PÓS-MODERNIDADE E O MEDO DE SEGUNDO GRAU

Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, vivemos em tempos de extrema liquidez e incerteza. A esse tempo ele dá o nome de Modernidade Líquida. Para Bauman, esse tempo histórico surge a partir de duas tendências iniciadas primeiramente na Europa e depois difundida como forças globais para todo o mundo: a “supervalorização” do indivíduo, conceito que Bauman empresta do pensamento de Robert Castels; e a liberação desse mesmo indivíduo de regras sociais impostas a ele por meio de vínculos sociais. Essas duas tendências são consideradas por Bauman como os elementos responsáveis pelo surgimento do sentimento do medo, da desconfiança, da incerteza nas cidades e se tornam característico dos indivíduos modernos. Num primeiro movimento, o indivíduo é superestimado em suas capacidades de autorrealização, sendo delegado unicamente a ele a responsabilidade por seu auto cuidado e por fazer a si mesmo. Num segundo momento, a liberação dos vínculos sociais joga o indivíduo num cenário de incertezas, porque não há mais regras que o direcionem, o orientem nas suas escolhas de vida e que o mantenham protegido num grupo social. A forma do indivíduo ser concebido socialmente se modifica, assim como o próprio processo de subjetivação, de individualização.

Para compreendermos um pouco mais sobre como Bauman entende o malestar e medo nas cidades, temos que entender como ele desenvolve sua análise sobre a passagem do tempo histórico-social que ele chama de Modernidade Sólida para a Modernidade Líquida, dois conceitos que o autor cria para entender dois períodos históricos distintos, cuja mudança de um para outro ocasionou novas dinâmicas sociais e geográficas. Vale frisar que posteriormente Bauman substituirá o termo “modernidade líquida” para “pós-modernidade”. O modelo social da Modernidade Sólida estava baseado em normas sociais bem estruturadas, num tempo-espaço

rijo, sólido e durável. Os indivíduos eram orientados por regras sociais bem estabelecidas e delimitadas. Não havia insegurança quanto ao modo como o indivíduo deveria agir, pensar, ser, ansiar. Seu papel no mundo já estava dado. Seu local de nascimento geralmente era o mesmo local onde ele cresceria e morreria. O Estado Moderno assegurava proteções e direitos sociais como saúde, educação, moradia, segurança trabalhista. Bauman afirma que o desmantelamento do Estado-Providência pela desregulamentação do Estado na vida social é um fator de crucial importância para compreendermos as novas dinâmicas sociais que passam a ocorrer agora na Modernidade Líquida. Diversas proteções sociais são retiradas dos indivíduos. Perdem a importância que tinham instâncias como a família, o partido e outros arranjos comunitários que permitiam que o indivíduo pudesse encontrar respaldo em grupo aos dissabores individuais de se viver em sociedade. Assim, são rompidos vínculos sociais que fazia a coesão e a proteção do indivíduo dentro de uma comunidade de semelhantes. A concepção do indivíduo passa a ser análoga a de um jogador que é responsável por sua própria vitória e derrota dentro do jogo pela corrida para o sucesso social. As figuras que Bauman utiliza para definir o indivíduo “líquido” é a de um jogador,

A experiência de viver em tal mundo (ou é, antes, a experiência de viver nesse mundo?) é a experiência de um jogador, e na experiência do jogador não há meio de se falar da necessidade de acidente, determinação da contingência: não há senão os movimentos dos jogadores, a arte de jogar bem com as cartas que se tem e a habilidade de fazer o máximo com elas. (BAUMAN, 1998, p. 112).

A identidade desse indivíduo não pode se fixar, se deter. Precisa ser dinâmica e pronta para se adaptar às contingências. Por isso, Bauman também utiliza da figura do turista para entender esse indivíduo: o turista não se detém, entra e sai dos lugares sem maior envolvimento, tomando sempre sua distância e o seu direito de sair e chegar, “A vida do turista, a duração da estada em qualquer lugar mal chega a ser planejada com antecipação; tampouco o é o próximo destino. A peculiaridade da vida turística é estar em movimento, não chegar.” (BAUMAN, 1998, p. 114).

Em outras palavras, o indivíduo da Modernidade Líquida não se agarra mais em uma única identidade, podendo ser estas “(...) adotadas e descartadas como um troca de roupas.” (BAUMAN, 1998, p. 114). Como também a forma de viver e habitar toma novos sentidos. Como afirma Bauman, “(...) o tempo já não estrutura o espaço.” (BAUMAN, 1998, p. 113). O espaço habitado, vivido e sentido não tem mais o mesmo significado que tinha antigamente. O indivíduo se concebe como alguém que está de passagem, não geograficamente mais fixado, ou seja, um turista, que não tem responsabilidade e interesse algum pelo local por onde transita.

“O nome do jogo é mobilidade: a pessoa deve poder mudar quando as necessidades impelem, ou os sonhos o solicitam (...)”. (BAUMAN, 1998, p. 114)

A partir dessas novas circunstâncias, surge então o que Bauman caracteriza como “medo moderno”. Assim o autor coloca,

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada desregulamentação) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente destes tempos imemoriais – assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizado ou até rompido. (BAUMAN, 2009, p. 20)

Bauman afirma que (2008, p.9) o medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva. No entanto, o medo que sentimos vem do incerto e da insegurança causada pelos tempos pós-modernos. A promessa da Era Moderna (que, para Bauman, se inicia na Europa do século XVI), falhou em nos proporcionar um mundo livre do medo, da incerteza, do receio. Bauman coloca dessa forma,

A modernidade seria o grande salto à frente: para longe desse medo, na direção de um mundo livre do destino cego e impenetrável – a estuda dos temores. (...): introduzido pela ciência, (...), chegará o tempo do fim das surpresas, das calamidades, das catástrofes – mas também das disputas, das ilusões, dos parasitismos... Em outras palavras, um tempo livre de toda a matéria de que são feitos os medos. O que deveria ser uma rota de fuga, contudo, revelou-se, em vez disso, um longo desvio.” (BAUMAN, 2008, p. 8).

Com o insucesso do projeto da modernidade de uma boa vida, Bauman entende que medo e a insegurança que surgem nas cidades modernas são manifestações cuja causa vem no bojo das mudanças causadas pela globalização, com uma nova dinâmica social nas e entre as sociedades globais. Essas mudanças na forma de viver e de viver o espaço social deram origem às formas novas de identidades dos indivíduos que habitam as cidades. É como Bauman afirma, a identidade individual se modifica na mesma frequência com que se muda de roupa, “Num mundo como esse, as identidades podem ser adotadas e descartadas como uma troca de roupa. (BAUMAN, 1998, p.112).

Bauman compreende que fenômenos que ocorrem nos grandes centros como a xenofobia, a segregação de grupos em condomínios fechados e entre outros são expressões sociais que vem no bojo das mudanças modernas que compõem as cidades como espaços de disputa de diversos segmentos sociais. Assim, o medo é o gerador não só de angústias

individuais pela incerteza do futuro, da insegurança e desconfiança – e aqui iremos salientar mais uma vez o que é indicado por Bauman: o medo, um sentimento humano e individual, torna-se generalizado e expressa fatores sociais que o provocam –, mas também é por meio do medo que este torna-se matéria-prima para fenômenos de violência, discriminação e preconceito nas cidades, como o ódio aos estrangeiros e a segregação de grupos sociais em condomínios fechados. Sobre este medo, não é um sentimento que surgiu nos seres humanos somente nos tempos modernos, mas é um (BAUMAN, p. 7) sentimento compartilhado por toda criatura viva. No entanto, somente os seres humanos padecem de um “medo derivado” ou “medo de segundo grau”. Bauman afirma,

O “medo derivado” é uma estrutura mental estável que pode ser mais em descrita como o sentimento de ser suscetível ao perigo; uma sensação de insegurança (o mundo está cheio de perigos que podem se abater sobre nós a qualquer momento com algum ou nenhum aviso) e vulnerabilidade (no caso de o perigo se concretizar, haverá pouca ou nenhuma chance de fugir ou de se defender com sucesso; o pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais). Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão que inclua a insegurança e a vulnerabilidade recorrerá rotineiramente mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire a capacidade da autopropulsão. (BAUMAN, 2008, p. 7-8)

Na Era Moderna que, para o autor, se inicia na Europa do século XVI, o medo toma outros contornos diferentes daquele da Europa pré-modernidade. Vivemos uma era de temores onde o medo é difuso. Bauman afirma ser este um medo ubíquo, que significa dizer que sentimos um medo que não sabemos onde está e de que natureza é. Esse desconhecimento das características do que nos faz ter medo potencializa a ameaça à nível psíquico. O autor defende que,

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivos claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se poder vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa incerteza : nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. (BAUMAN, 2008, p. 6-7)

A ubiquidade do medo surge em meio a um contexto de dismantelamento do Estado, que prometia proteção social contra as ameaças à existência humana em sociedade. Assim, a natureza do medo sentido na era da pós-modernidade é o medo da ameaça da alta

imprevisibilidade das mudanças sociais e econômicas os quais estamos todos submetidos. Há extrema incerteza em relação ao futuro e em relação às ameaças que não sabemos se podem ou se vão de fato se efetivar,

(...) redes de energia saem do ar, barris de petróleo secam, bolsas de valores entram em colapso, companhias todo-poderosas desaparecem juntamente com dezenas de serviços com os quais costumávamos contar e milhares de empregos que acreditávamos serem sólidos como rochas. Onde jatos caem juntamente com suas mil e uma engenhocas de segurança e centenas de passageiros. Onde caprichos do mercado tornam sem valor os ativos mais preciosos e cobiçados, e onde se formam (ou talvez são formadas?) quaisquer outras catástrofes imagináveis ou inimagináveis, prontas a esmagar da mesma forma o prudente e o imprudente. (BAUMAN, 2008, p.9)

Nesse contexto de medo urbano, com mal-estares e incertezas, expressas na elevação estatística de diagnóstico de doenças mentais, até o conceito de doença passa por uma transformação. O “estar doente” passa a se vincular necessariamente a uma ação, à ação de procurar tratamento, um médico. Da seguinte forma Bauman faz suas colocações,

O fato de estar doente é definido pela circunstância de a pessoa estar sujeita a, ser qualificada para e necessitar de ação médica. “Estar doente” agora significa pedir ajuda de um médico; e um médico que proporciona ajuda determina que a condição é de doença. O que nasceu primeiro, o ovo ou a galinha? Sobretudo, qual dos fatos é a galinha e qual é o ovo? (BAUMAN, 2011, p. 64)

Bauman tangencia uma crítica à indústria médica e farmacêutica quando afirma que são criadas doenças para se vender medicamentos. Ele credita ao marketing o feito de gerar demanda para os produtos, quer eles sejam produtos de moda, serviços ou até mesmo remédios criados para novas doenças. (E aqui abrimos um parêntese para indicar um ponto de convergência de Bauman com um autor que abordaremos mais à frente, o geógrafo inglês David Harvey, que irá sinalizar que a publicidade e o marketing serão os principais responsáveis por criar nos consumidores opiniões e desejos com fins de manter o ciclo do capital, a aceleração e a acumulação em curso.). No entanto, Bauman afirma da seguinte forma,

Gostaria de salientar, porém, que não foram necessariamente as empresas farmacêuticas que inventaram e desenvolveram essa nova estratégia. É mais provável que elas tenham se orientado por uma tendência universal do marketing. Hoje, a oferta de novas mercadorias não segue a demanda existente: é preciso criar demanda para mercadorias que já foram lançadas no mercado e, portanto, seguir a lógica de uma empresa comercial em busca de lucros, e não a lógica das necessidades humanas em busca de satisfação. (BAUMAN, 2011, p. 64)

Podemos afirmar a partir do pensamento de Bauman que medo humano sempre existiu e ele é mais expressivo em situações sociais, políticas e econômica de elevada incerteza e instabilidade social. À luz da teoria social do autor, essa generalidade do mal estar psíquico está subsumido às relações sociais formadas e contraídas sob novos moldes normativos, permeados por valores que surgem com o fim do Estado de Proteção Social, a desregulamentação econômica e com a globalização, que conectou povos e lugares de forma espontânea. Bauman considera – assim como o faz Ehrenberg – que as ciências da saúde “inventam” novas doenças para vender medicamentos (que são mercadorias). As doenças mentais e sua alta incidência respondem à demanda do capital, ou melhor, o mal estar em viver em cidades urbanas capitalistas é instrumentalizado com fins a transformar o medo, a infelicidade e tristeza humanas em doenças biológicas, passíveis de serem tratadas por meio de remédios, que são comprados e vendidos no mercado da indústria farmacêutica. O que nasce de um contexto sócio-espacial específico – o medo originado no modo urbano de viver pós-moderno – acaba se transformando em um problema individual e individualmente solucionado. Aqui, mais uma vez, podemos vislumbrar os valores do Neoliberalismo, que transforma a sociedade em indivíduos e potencializa sua importância a ponto de retirar totalmente a responsabilidade conjunta coletiva de construir uma sociedade mais justa e saudável (até mesmo psicologicamente falando) e a coloca no indivíduo que se adoecce individualmente, esvaziando totalmente os reais motivos desse adoecimento generalizado entre a população urbana e mundial.

2.5 A ACELERAÇÃO DA SOCIEDADE E O INDIVÍDUO FRENETICAMENTE PARALISADO

A título de ilustração de como a ideia de aceleração é muito presente na sociedade, o atual prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, utilizava como slogan de sua candidatura ao governo municipal no pleito de 2018 a frase: “Acelera São Paulo”¹¹. Fica evidente que o governante ligava a ideia de “acelerar” à modernização, ao progresso, ao desenvolvimento tecnológico, à dinamização e otimização do meio urbano.

A sociedade moderna na qual vivemos passou por diversas transformações ao longo do

¹¹ **João Doria é condenado a pagar R\$ 600 mil por uso de slogan 'Acelera SP' quando era prefeito da capital.** <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/08/joao-doria-e-condenado-apagar-r-600-mil-por-uso-de-slogan-acelera-sp-quando-era-prefeito-da-capital.ghtml>. Acesso em: 02 de fev. 2021.

século XX que resultou em ritmo de vidas aceleradas, “aquecidas”, para usar o termo do antropólogo norueguês Thomas H. Eriksen¹². O dinamismo, a aceleração e a velocidade que se imprime no cotidiano, mas também nas decisões políticas, econômicas e sociais, diz respeito a um processo de aceleração que a modernidade acarreta nas sociedades que se encontra sob o seu projeto. A aceleração social resulta em consequências não só a nível macro, de pressão por rapidez para que as instituições ajam quando demandadas ou quando decisões políticas precisam ser rapidamente tomadas, sem passar antes por um amplo debate público, mas a nível micro e local, com os indivíduos vivenciando essa aceleração em seu ritmo cotidiano de vida. Mais um exemplo que deixa evidente que vivemos essa aceleração no nosso dia a dia é retratada na atualização no aplicativo de comunicação Whatsapp, que agora permite que seus usuários acelerem os áudios trocados e recebidos em suas conversas.¹³ ‘ Essa aceleração da sociedade é pesquisada pelo sociólogo alemão Hartmut Rosa, que defende que vivemos em “sociedades aceleradas”. Para ele, a aceleração social dá origem a um outro fenômeno a este vinculado, a alienação social. A alienação social, segundo Rosa, impossibilita que os indivíduos possam viver uma “boa vida”, e gera nos sujeitos diversos sentimentos como insuficiência e sintomas como esgotamento físico e mental. Em sua investigação sobre as condições de vida nas sociedades modernas, Rosa desenvolve sua teoria social tendo como ponto de partida as estruturas temporais e suas transformações ao longo do século XX, para compreender como o indivíduo moderno vive. No entanto, o autor salienta que, para que possamos compreender como as mudanças na percepção temporal ocorrem, o conceito e a ideia de modernidade é de fundamental importância. Rosa afirma,

(...) as estruturas temporais modernas mudam de uma maneira muito específica e predeterminada; estão governadas pelas regras e lógicas de um processo de aceleração que se encontra vinculado de maneira indiscernível com o conceito e a essência da modernidade. (ROSA, 2019, p. 10)

Em outras palavras, pensar as sociedades modernas é pensar um tempo histórico específico, com características e fenômenos inerentes a este. Rosa entende que o processo de

¹² Thomas Eriksen, assim como Rosa, sustenta que vivemos em sociedades “aquecidas”, sociedades aceleradas. Para mais sobre o pensamento deste autor, ver ERIKSEN, T. *Overheating, an Anthropology of Accelerated Change*. London: Pluto Press, 2016.

¹³ “**Demorou, mas chegou! WhatsApp finalmente libera função de acelerar áudios**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/05/24/como-acelerar-as-mensagens-de-audio-recebidas-nowatsapp.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 setembro 2021.

modernização tem várias dimensões; mas, principalmente, ele se refere a transformações estruturais e culturais da própria forma de viver a vida e experienciar o tempo nas sociedades em que esse processo acontece. Segundo Rosa,

(...) a modernização não é apenas um processo multifacetado no tempo, mas também, primeiramente e sobretudo, uma transformação estrutural e cultural extremamente importante das próprias estruturas e horizontes temporais e de que o conceito de aceleração social é o mais adequado para abranger as direções dessa transformação. (ROSA, 2019, p.8)

Rosa credita às transformações causadas pela Revolução Industrial no século XVIII que impulsiona o processo de modernização da sociedade, sendo o fenômeno da aceleração subsumido à dinâmica modernizante, e não como um elemento à parte. Em outras palavras, a intensificação do ritmo de vida se vincula às transformações pelos quais passa a sociedade, e não ao fenômeno da aceleração propriamente dito.

Assim coloca o autor,

(...) a sociedade moderna pode ser entendida como “sociedade da aceleração” no sentido de que ela contém em si (através de inúmeros pressupostos estruturais e culturais) uma junção de ambas as formas de aceleração – a aceleração técnica e a intensificação do ritmo de vida através da redução de recursos temporais – e da tendência à aceleração e ao crescimento. (ROSA, 2019, p. 135)

Antes de apresentarmos os conceitos de aceleração postulados por Rosa para melhor compreender como ele constrói sua teoria da aceleração social, achamos importante trazer a seguinte ideia apresentada por Rosa: a aceleração social é uma consequência lógica de um sistema de mercado capitalista competitivo. Nas palavras do autor, “a aceleração social em geral e a aceleração tecnológica em particular são consequências lógicas de um sistema de mercado capitalista competitivo.” (ROSA, 2016, P. 42). Achamos essa informação relevante porque ela nos evidencia uma convergência nas análises sociais de autores apresentados aqui: Ehrenberg, quando defende que vivemos numa sociedade da performance e da competição, onde as condutas individuais encontram respaldo formativo nos valores empresariais capitalistas propagados pela “instituição empresa”; como também no pensamento defendido por Dardot e Laval, de que vivemos em sociedades neoliberais, sendo o Neoliberalismo um projeto político e social do Capitalismo, este sendo entendido não apenas como um “modo de produção” mas como uma forma de organizar social, política e economicamente indivíduos em sociedade.

Para fundamentar sua tese de que vivemos em sociedades aceleradas, Rosa argumenta

que há três tipos de aceleração presentes na sociedade: a aceleração tecnológica, a aceleração do ritmo da vida e a aceleração das mudanças sociais. O autor alerta que essas três formas de aceleração não são categorias estanques ou independentes de análise. Elas se articulam de forma dialética, não sendo uma o desdobramento lógico-causal da outra. Elas também não afetam de forma homogênea todos os indivíduos e grupos sociais, embora Rosa afirme que a aceleração social é uma força impulsionadora “totalitária”: não há como não a sentir, ela submete a todos que se encontram sob sua lógica. Ele isso afirma da seguinte forma, “A tese que quero defender aqui é que, em realidade, a aceleração social tem se transformado em uma força totalitária e da sociedade moderna (...) que submete a sua autoridade a todos que vivem sob o mesmo.” (Rosa, 2010, p. 105).

A primeira categoria de aceleração que Rosa se detém em analisar é o da aceleração técnica, que é entendida como (Rosa, 2009) a aceleração intencional de processos direcionados a um objetivo. A aceleração tecnológica é o avanço dos meios produtivos, do sistema de transporte e de comunicação. Contudo, Rosa alerta que o avanço na capacidade produtiva e industrial, a possibilidade de nos movermos com rapidez e de nos comunicarmos de forma instantânea não significa necessariamente que tenhamos que fazê-lo. Ele afirma que a aceleração tecnológica não acarreta, automaticamente, a aceleração de toda a sociedade.

Rosa articula o conceito de aceleração tecnológica com a ideia de crescimento para argumentar que o avanço tecnológico pode facilitar a vida moderna na economia de tempo em ações e tarefas cotidianas, entretanto, o que vemos na realidade é o seu oposto acontecendo: o desenvolvimento técnico nos permite economizar tempo ao otimizá-lo em tarefas que não nos ocupam como anteriormente; contudo, o tempo que nos é economizado é utilizado em mais tarefas e responsabilidades que surgem para que o sujeito possa realizar. De outro modo, economizamos tempo para preenchê-lo com mais afazeres e tarefas a serem cumpridas. Por isso Rosa relaciona a aceleração/desenvolvimento técnico com o crescimento de encargos cotidianos que resulta na escassez temporal com que os sujeitos modernos se deparam nas sociedades modernas. A tecnologia facilita a vida diária, mas o tempo ainda é um recurso escasso, pois há mais ocupações que surgem e se apropriam desse tempo economizado. O crescimento das responsabilidades cotidianas se vincula com a aceleração das mudanças sociais e do ritmo de vida, a segunda e a terceira categorias de aceleração analisadas por Rosa.

Embora Rosa afirme que é difícil mensurar as taxas de aceleração das mudanças sociais, ele vê como emblemática a velocidade de transformação pelo qual passa a instituição “família” na modernidade tardia, pois, para ele, a família e o trabalho são as bases da sociedade. Por meio da análise dessas duas instituições os teóricos sociais poderiam tentar compreender a taxa de

mudança com que se transforma a sociedade. Na modernidade clássica as mudanças no formato familiar ocorriam entre as gerações. O filho muitas vezes não escolhia o mesmo tipo de vida e de composição familiar do seus pais. Já na modernidade tardia, as mudanças ocorrem nas próprias gerações, são mudanças geracionais. Isso significa dizer que muitas alterações vão ocorrer no curto período de vida do indivíduo. Com as palavras do autor, “Na modernidade tardia, se observa uma tendência que os ciclos vitais das famílias durem menos que a vida de um indivíduo: a evidência mais óbvia de este último são as taxas crescentes de divórcios e segundos matrimônios (Laslett, 1988: 33.)” (ROSA, 2019, p. 28)

A aceleração das mudanças sociais acaba contribuindo com a aceleração do ritmo de vida: como não há mais um referencial de “boa vida” como outrora houve proporcionado pelas religiões, o indivíduo moderno acelerado almeja viver em uma única vida a maior quantidade de experiências que a sociedade pode oferecer. E assim, para não “perder tempo”, tempo esse de vida e de possibilidade de experiência, ele visa otimizar sua vida para vive-la o máximo possível, de ter uma “vida plena”. Rosa coloca dessa forma, “Saborear a vida em todas as suas alturas e profundidades, se converte em uma das aspirações principais do sujeito humano moderno.” (ROSA, 2010, p. 48). Entretanto, não é nessa direção que caminha as experiências modernas de vida, de viver plenamente todas as possibilidades de escolha e opções que a sociedade nos oferta. Não estamos multiplicando nossas experiências, mas diminuindo-as. Com as palavras do autor, “Me atrevo a dizer que essa é uma das tragédias do sujeito moderno: enquanto se sente capturado em uma roda de hamster, seu apetite pela vida e pelo mundo nunca resta satisfeito, mas que se frustra cada vez ou maior escala.” (ROSA, 2019, p. 50)

Em síntese, Rosa compreende que a aceleração técnica permitiu que houvesse uma maior dinamização da sociedade, possibilitando que a produção industrial pudesse produzir um maior contingente de bens e produtos num curto período de tempo, como permitiu que os indivíduos pudessem percorrer grandes distâncias em poucas horas, que anteriormente demorariam semanas. Com o uso da técnica o indivíduo conquistou um ganho de tempo na realização de ações e tarefas. No entanto, a economia dos recursos temporais proporcionado pelo avanço técnico passou a ser utilizada na realização de outras tarefas e atividades, que se multiplicam ocasionado pela aceleração das mudanças sociais. A aceleração nesse aspecto diz respeito ao aumento de episódios de ação por unidade de tempo, conceito que satisfaz a definição da aceleração do ritmo de vida. Os grupos sociais mais abastados possuem meios para acelerar, sendo muito móveis e velozes. Já outros, os menos favorecidos social e economicamente, não podem acelerar no mesmo ritmo. Rosa pontua que há até grupos que se negam a adentrar a lógica da aceleração. Assim, a aceleração social resulta numa

dessincronização dos eventos históricos, onde o controle político e jurídico das transformações sociais não consegue acompanhar o rápido desenvolvimento da economia, da ciência e da técnica.

Vale ressaltar que, para Rosa, concomitantemente à força da aceleração social surge também sua força oposta: a da desaceleração social. Só que aquela é mais forte e se sobrepõe a esta, que é residual e surge como uma reação à aceleração total da sociedade. A depressão, segundo o autor, é a reação do indivíduo às forças aceleratórias. A depressão é uma reação desaceleradora do indivíduo, que se encontra pressionado excessivamente para acompanhar a aceleração da sociedade. Com as palavras, o autor,

(...) descobertas científicas recentes indicam que algumas formas patológicas de depressão psicológica devem ser entendidas como reações individuais (desaceleradoras) a pressões excessivas em direção à aceleração. É impressionante que essas formas de depressão e esgotamento tem aumentado de maneira significativa na última década aproximadamente em praticamente em todas as latitudes da modernidade globalizada. (ROSA, 2019, p. 59)

O indivíduo moderno vive uma “paralisia frenética”, um estado de alienação que o caracteriza o sujeito sob a análise de Rosa: ao mesmo tempo que ele é um indivíduo que vive em um constante fluxo aceleratório de vida - e Rosa ilustra esse estado de paralisia frenética com a analogia de um hamster correndo em sua roda, que corre para não sair do lugar - , ele se encontra dessincronizado, pois as antigas referências culturais que davam sentido às épocas históricas e traziam as vidas individuais para dentro da sua lógica normativa se desintegraram com as transformações sociais provocadas pelo processo de modernização. Rosa afirma,

(...) à perda da capacidade de integração da própria vida de forma narrativa em um passado provedor de referências e em um futuro provedor de sentido, e da capacidade de se obter, assim, uma orientação duradoura, ao menos de médio prazo, para ações futuras. (ROSA, 2019, p. 37)

Assim, na teoria da aceleração social de Rosa as mudanças nos horizontes temporais não só vão reconfigurar a forma como a sociedade se compõe no período histórico que ele denomina de modernidade tardia, como vão modificar também a forma como o indivíduo vivencia o espaço. E aqui pontuamos que, embora Rosa pretenda compreender o tempo, ele não nega a importância do espaço na análise social. Embora o espaço não seja amplamente abordado em seu pensamento, Rosa não negligencia sua importância quando afirma que mudanças temporais também vão alterar o modo como o indivíduo se relaciona com o espaço, com o meio

sensível, geográfico. O autor lança mão das ideias do geógrafo David Harvey e de Marc Augé para afirmar que nas sociedades aceleradas há o surgimento do fenômeno dos não lugares, que são espaços sem história, sem sentido. E assim Rosa tangencia uma abordagem espaço em sua teoria,

E no marco desse processo, em muitos aspectos o espaço perde seu significado para propósitos de orientação no mundo tardomoderno. As operações e desenvolvimentos não estão localizados, e as localizações concretas tais como hotéis, bancos, universidades e plantas industriais tendem a transformar-se em non lieux, lugares sem história, identidade nem relação (Augé, 1992). (ROSA, 2010, p. 25)

O estado de alienação que a aceleração da social acarreta no indivíduo modifica a forma com que ele se vê e se relaciona com o mundo, até mesmo com o espaço onde ele habita. Nesse aspecto podemos compreender, à luz da teoria social de Hartmut Rosa, que o indivíduo da modernidade tardia, nascido sob as forças da aceleração da sociedade nas cidades ocidentais, não mais reconhece em espaços que anteriormente tinham significado para seus familiares. Não há uma fixação territorial familiar, pois, como defendido por Rosa, as mudanças no seio familiar agora ocorrem dentro de uma única geração. Nada mais é estável, nem família, nem emprego – pois vivemos numa sociedade da competência e da competição, devemos nos esforçar para manter as conquistas senão a perdemos pelo mérito e esforço de outrem, nosso adversário -, nem mesmo as cidades onde habitamos têm sentido para o sujeito moderno. É nessas circunstâncias históricas e sociais que as patologias psíquicas surgem como um sintoma social. Sustentamos que a depressão e a ansiedade são sofrimentos psicológicos de indivíduos que vivem em espaços sociais cada vez mais acelerados, dessincronizados, instáveis e sem sentido. E nesse sentido que as altas taxas de transtornos mentais desvelam fatos sociais que à luz da teoria social se fazem cognoscíveis.

2.6 A COMPRESSÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO E A VIDA NA PÓS-MODERNIDADE

A teoria da aceleração social postulada por Hartmut Rosa é o desdobramento teórico do fenômeno da aceleração, que vinha sendo sinalizado como um elemento de importância para a compreensão das sociedades modernas pelo geógrafo inglês David Harvey. O indivíduo acelerado, que define tal como um hamster que corre em sua gaiola, sem sair do lugar, em direção a lugar nenhum, é o que padecerá dos nervos e das emoções devido às pressões geradas pelo modo de vida urbano, advindas do desenvolvimento social e histórico das cidades urbanas

modernas.

Para Harvey, vivemos em sociedades pós-modernas e tudo o que hoje ocorre em termos de fenômenos sociais está vinculado a essa condição histórica. É o que ele diz ser a “condição pós-moderna” e nessa condição é que vivemos o que ele considera como sendo a “compressão tempo-espaço”. Em sua análise da compressão espaço-temporal na pós-modernidade é que o geógrafo inglês contribui para que possamos traçar perspectivas de análises que nos permitam tentativas de interpretação do atual sujeito histórico e seus sofrimentos psicológicos no modo de vida urbano. Assim como outros autores, Harvey também opera com o conceito de modernidade e com a ideia de processo de modernização para apreender o sentido das mudanças sociais. Harvey assim afirma,

Afinal, a modernização envolve a disrupção perpétua dos ritmos espaciais e temporais, e o modernismo tem como uma de suas missões a produção de novos sentidos para o espaço e para o tempo num mundo de efemeridade e fragmentação. (HARVEY, 1992, p. 199)

Harvey defende que neste tempo que vivemos os usos e significados do tempo e do espaço passaram por importantes transformações ao longo do século XX. Em suas palavras,

Desejo sugerir que temos vividos nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural. (HARVEY, 1992, p. 527)

As mudanças que nascem no bojo da pós-modernidade são oriundas, em parte, das alterações produtivas pelos quais as indústrias tiveram que passar e se redefinir tecnicamente após a crise da década de 1970. Assim, o autor afirma que as modificações nas práticas político-econômicas e na vida social e cultural como um todo foi, em parte, provocada pelas alterações produtivas, cujo modelo fordista-keynesianista não correspondia mais às exigências da época (por haver muita rigidez e morosidade na produção). Assim o autor afirma,

A transição para a acumulação flexível foi feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. (...) sua aplicação teve que muito que ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo, que se tornaram uma crise aberta em 1973. (HARVEY, 1992, p. 257).

O modelo de produção fordista transicionou para o modelo de acumulação flexível, pautado na aceleração do capital de giro e numa produção enxuta, de acordo com a demanda (o

que é chamado de produção “just-in-time”, uma produção que não trabalha com estoques mas produz conforme pedidos). Em outras palavras, podemos depreender que Harvey vê a esfera econômica/produziva como o epicentro gerador de mudanças na totalidade social, com as alterações na produção que acelerou o tempo de capital de giro. Esta aceleração alterou também a troca, o consumo e, conseqüentemente, a forma como os indivíduos concebiam a mercadoria e o seu uso. Ele afirma, “A aceleração do tempo de giro na produção envolve acelerações paralelas na troca e no consumo.” (HARVEY, 1992, p. 257)

Aqui abrimos um parêntese para ressaltar a diferença entre Rosa e Harvey, pois ambos veem como importante a aceleração como uma categoria de análise das sociedades contemporâneas: diferentemente de Rosa, que não credita à nenhuma das três acelerações desenvolvidas por ele uma maior importância em sua teoria social (lembrando Rosa, que argumenta que há três forças aceleratórias na Modernidade Tardia: aceleração técnica, aceleração das mudanças sociais e aceleração do ritmo de vida), Harvey apenas vê uma aceleração, que advém da alteração do ritmo de produção industrial de produtos e mercadorias. A aceleração, no pensamento harveyano, se refere somente à aceleração do capital de giro das organizações produtivas.

A partir da mudança na produção e da aceleração do capital de giro, houve também a necessidade de acelerar a troca e consumo das mercadorias. Se implementa a obsolescência programada que estipula um prazo definido de validade e de uso dos produtos. As mercadorias não são mais feitas para durar mas para serem descartadas periodicamente por modelos mais tecnológicos ou apenas “novos”. Nesse aspecto a propaganda é de crucial importância pois gera desejos e opiniões nos consumidores. O autor afirma que “(...), a publicidade já não parteda ideia de informar ou promover no sentido comum, voltando-se cada vez mais para a manipulação dos desejos e gostos mediante imagens que podem ou não ter relação com o produto a ser vendido (...). (HARVEY, 1992, p. 259). É necessário criar o consumidor para o produto que precisa ter um prazo de validade curto, para que novos produtos sejam criados, consumidos e, assim, ciclicamente, o capital se retroalimente e se perpetue. Harvey chega a citar que esse bombardeio de estímulos gerados pelas imagens e publicidade na produção de mercadoria irá sobrecarregar sensorialmente os indivíduos. Ele afirma,

O bombardeio de estímulos, apenas no campo da mercadoria, gera problemas de sobrecarga sensorial que tornam a dissecação dos problemas da vida urbana modernista na virada do século, feita por Simmel, insignificantes em termos comparativos. Contudo, precisamente por causa das qualidades relativas da mudança, as respostas psicológicas se enquadram mais ou menos no intervalo identificado por Simmel (...). (HARVEY, 1992, p. 259)

Assim, podemos depreender desse trecho do pensamento de Harvey que os atuais sintomas psicológicos também são gerados pela forma como vivemos na pós-modernidade.

Indo mais afundo na análise de Harvey, ele argumenta que das mudanças na forma do consumo são formados valores relacionado às mercadorias como instantaneidade, efemeridade e descartabilidade – virtudes e valores favoráveis à aceleração do capital de giro – que não estará somente compartilhado e reproduzido dentro da esfera da produção, mas irá se expandir socialmente como valores que irão permear diversas outras dimensões da vida social, desde as relações de trabalho, lugares, ideias, estilos de vida e até relações entre os indivíduos, que estarão alicerçados sob esse lógica mercadológica.

A dinâmica da sociedade do “descarte”, (...). Ela significa mais do que jogar fora bens produzidos (...); significa também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. (HARVEY, 1992, p. 258)

Assim sendo, Harvey vê nesta alteração na produção, troca e consumo um dos indutores de mudanças culturais, que será a marca da vida pós-moderna. Com as seguintes palavras ele argumenta, “Podemos vincular a dimensão esquizofrênica da pós-modernidade (...) com acelerações dos tempos de giro na produção, na troca e no consumo, que produzem, por assim dizer, a perda de um sentido de futuro, exceto e na medida em que o futuro possa ser descontado do presente.” (HARVEY, 1992, p. 263).

A força do capital não irá somente modificar os modos como as pessoas trabalham, se relacionam e concebem a si mesmas, ou seja, vivem no tempo e no espaço. Onde houver interesse do capital para sua reprodução e acumulação, a força econômica irá atuar de modo a moldar a composição espacial para suprir seus próprios fins. Harvey pontua que, com o fim das barreiras espaciais, o capital passa a ser livre para explorar os territórios e se beneficiar das vantagens de cada localidade no que se refere à infraestrutura, à mão de obra, aos seus recursos disponíveis. Em outras palavras, as demandas ligadas à aceleração advinda da acumulação flexível será a força que irá moldar os espaços de acordo com seus interesses e com as vantagens que cada espaço irá lhe proporcionar. O autor afirma que, “A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como bases de poder na luta de classes se tornam o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexível.” (HARVEY, 1992, p. 265)

Um exemplo icônico do poder do capital de criação e destruição de espaços e que vai ao encontro da análise harveyana, temos o caso emblemático da cidade de Detroit, nos Estados

Unidos. Detroit, considerada a “cidade do motor” e berço das três maiores montadoras de veículos dos Estados Unidos, a Ford, a General Motors e a Chrysler, teve seu período áureo ligado ao desenvolvimento do setor automobilístico pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, o setor sofreu severas perdas econômicas nos anos 2000, o que fez com que diversas fábricas fossem fechadas ou suas atividades suspensas. Com a falência do setor que movia toda a vida social da cidade, Detroit teve que enfrentar altas taxas de desemprego, o aumento da pobreza e da criminalidade. Até o setor imobiliário teve desfalque, com a desvalorização dos imóveis, sendo muitas casas abandonadas e até mesmo incendiadas. Houve a falência do comércio local e o esvaziamento da cidade, com um grande deslocamento da população para outras regiões. Esse exemplo mostra como o capital está intimamente ligado à construção ou destruição das cidades em nossa época.

Como as forças do capital passam a concentrar seus interesses nas vantagens localizacionais para continuar o processo de aceleração e acumulação do capital, Harvey pontua que as cidades passam a ser pensadas e organizadas de modo a atrair investimentos financeiros e as “pessoas certas”.

A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. (...) É nesse contexto que podemos melhor situar o esforço das cidades, (...) para forjar uma imagem distintiva e criar uma atmosfera de lugar e de tradição que aja como um atrativo tanto para o capital como para pessoas “do tipo certo” (isto é, abastadas e influentes). (HARVEY, 1992, p. 266)

Desta forma, não apenas o tempo vivido será alterado pelo ritmo acelerado do capital mas o uso dos espaços e, conseqüentemente, a organização e produção das cidades estará sob o jugo da lógica capitalista. As cidades passarão a serem pensadas de forma que seja o mais atrativa possível para os investimentos. Os lugares como o espaço da reprodução da vida humana perdem sentido para todos que neles habitam.

Em meio ao fenômeno da compressão do tempo-espaço e do que Harvey considera como sendo a aniquilação do espaço pelo tempo é que reações opostas a esses surgirão. Dialogando novamente com a teoria de Rosa, que afirma que os sofrimentos psíquicos são reações individuais à crescente aceleração total da sociedade, Harvey defende que reações como a valorização da identidade coletiva e pessoal, o retorno à ideia de tradição e comunidade e a busca por comportamentos seguros em meio a um ambiente fragmentado e incerto emerge.

Que pode ser melhor resumida como a busca de uma identidade coletiva e pessoal, a procura de comportamentos seguros num mundo cambiante. A identidade de lugar se

torna uma questão importante nessa colagem de imagens espaciais superpostas que implodem em nós, porque cada um ocupa um espaço de individuação (um corpo um quarto, uma casa, uma comunidade plasmadora, uma nação) e porque o modo como nos individuamos molda a identidade. Além disso, se ninguém “conhece o seu lugar” nesse mutante mundo-colagem, como é possível elaborar e sustentar uma ordem social segura? (HARVEY, 1992, p. 272)

Portanto, podemos afirmar que, à luz da teoria de David Harvey sobre a compressão tempo-espacial no que ele considera como sendo como o período da pós-modernidade, o indivíduo pós-moderno estará submetido a novas referências de como experimentar o tempo e o espaço. O tempo será aquele ditado não mais pelas estações do ano, pelo ritmo biológico e/ou natural mas aquele da produção capitalista. A necessidade de acelerar a produção fará com que a forma como desejamos e consumimos também se altere. Passamos a viver numa “sociedade do descarte”, não só de mercadorias, mas também de ideias, valores, modos de vida e de pessoas. As cidades habitadas por esse indivíduo será os espaços por meio do qual as forças do capital irão se reproduzir e se expandir. As cidades serão abertas ao sistema de acumulação.

Será em meio a esse contexto que os indivíduos serão tanto moldados socialmente de forma a responder às pressões e expectativas desse modo de vida, quanto reagirão individualmente de forma a se contrapor às forças da aceleração, da fragmentação, da insegurança, do medo do incerto e do duvidoso. Como Harvey salienta, haverá a retomada de valores de comunidade como também a busca por uma identidade individual e coletiva para se firmar num ambiente altamente volátil e incerto. Mas podemos afirmar também que em seu lado negativo teremos os sofrimentos psíquicos, as depressões nervosas, as ansiedades, as síndromes de Burn Out (cada vez menos restrita ao ambiente profissional¹⁴) e uma sorte de doenças psicológicas que surgem como reflexo da vida social e cotidiana de como vivemos nas cidades contemporâneas.

¹⁴ **Burnout saiu do mundo do trabalho e invadiu outras esferas da vida, diz escritora de livro sobre millennials**, BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-58962306>. Acesso em 29outubro 2021.

3 AS CIDADES COMO ESPAÇOS SOCIAIS

Relembremos que nossa problemática inicial é compreender quais são os elementos sociais que incidem sobre o indivíduo contemporâneo morador dos centros urbanos que o faz adoecer psicologicamente. Compreendemos até agora que as ditas “doenças mentais” expressos nos dados estatísticos de “transtornos mentais nos centros urbanos” nada mais são do que manifestações de patologias que nascem no meio social. Argumentamos que a depressão e a ansiedade (aqui abordamos somente essas duas classificações de transtornos mentais porque são as mais encontradas entre a população) não possui um marcador biológico, ou seja, a própria medicina não é as classificam como uma “doença”, com origens orgânicas definidas, mas como “transtornos”, reações comportamentais de perturbação, confusão, de sofrimento. A partir disso, como os dados têm mostrado que nos grandes centros urbanos os transtornos mentais afetam com mais intensidade os seus habitantes, intentamos compreender como essas cidades são formadas, quais são os elementos sociodemográficos contidos nos dados que expressam as relações sociais urbanas que constituem o que entendemos como cidades. Como as cidades são espaços sociais, precisamos compreender como ocorre seu desenvolvimento não só sob um viés da investigação do tempo histórico, mas também – visando compreender o fenômeno sob diversos prismas que se complementam e articulam – sob um recorte espacial. Geógrafos urbanos como Edward Soja argumenta que compreender o processo de produção dos espaços é de extrema importância para a teoria social. Não só a História é importante, mas ela deve se ligar também à Geografia como método de investigação para entender as cidades urbanas modernas e seus fenômenos sociais. Segundo o próprio autor,

(...) vem emergindo algo mais — uma teoria crítica mais flexível e equilibrada, que reenlaça a feitura da história com a produção social do espaço, com a construção e a configuração das geografias humanas. Novas possibilidades estão sendo geradas a partir desse entrelaçamento criativo, possibilidades de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico; de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social; e de uma re teorização transformadora das relações entre a história, a geografia e a modernidade. (SOJA, 1993, p. 18)

Ana Fani Carlos, filiada ao pensamento de Henri Lefebvre, um importante sociólogo francês e uma grande referência para a teoria do espaço, também pontua a importância do espaço para a análise social, “a dialética do espaço ganha supremacia sobre a dialética do tempo, (...)” (CARLOS, 2019, p. 459).

Deste modo, tendo em vista este método de que história e geografia se complementam,

autores como David Harvey vão cunhar essa perspectiva como sendo um “método dialético histórico-espacial”. Tomando como referência autores da Geografia Humana Crítica, pretendemos articular teorias que versam sobre a análise social do tempo histórico com teorias urbanas que trazem a perspectiva da construção social das cidades enquanto construtos humanos.

3. 1 O MODO URBANO DE VIDA E A VIDA PSÍQUICA

Antes de nos aprofundarmos na análise das especificidades das cidades modernas, precisamos definir o conceito de “cidades” que iremos utilizar aqui. “Cidade” não é apenas uma paisagem onde encontramos edifícios comerciais nos quais ocorrem trocas econômicas, e de domicílios cujas vias são pavimentadas e por onde trafegam carros e pessoas. “Cidades” não se refere apenas ao lugar do movimento da vida objetiva, cotidiana, mediada pelo progresso técnico e científico que permite com que vivamos com conforto e facilidades, longe e protegidos de ameaças causadas por intempéries da natureza. Isso tudo compõe o que é uma cidade mas não a define em sua totalidade e não abarca a complexidade da sua constituição. Entendemos aqui “cidades” como espaços sociais, isto é, espaços socialmente construídos por meio do qual as pessoas existem e se reproduzem, onde a sociedade se realiza no tempo e no espaço. Cada cidade expressa um tipo de sociedade que se realiza no espaço, no ambiente físico, objetivo, palpável. Como também cada cidade tem um desenvolvimento histórico e social específico. Segundo a geógrafa brasileira, Ana Fani Carlos,

A cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações específicas. (...) A cidade, em cada uma das diferentes etapas do processo histórico, assume formas, características e funções distintas. (CARLOS, 2019, p. 57)

Como falamos de cidades modernas as quais passaram por um processo de industrialização e urbanização, as cidades a que nos referimos se vincula a um tipo específico de sociedade, que irá definir a forma de vida e das relações que nela será formada. Para Carlos,

A cidade revela que a vida vai aí acontecer e tornar-se visível pela metamorfose das formas urbanas. A industrialização fez a cidade explodir, e essa explosão vai produzir

o fenômeno urbano e a subordinação da vida cotidiana a sua lógica. Em seu desenvolvimento, nos encontramos diante do urbano que engloba e transcende a cidade, anunciando sua tendência de se constituir como fenômeno mundial. (CARLOS, 2019, p.461)

As cidades não existem atomizadas, sem contato com influências externas. Elas também se inserem numa sociedade global, “(...) levando-se em conta a organização política, e a estrutura do poder da sociedade, a natureza e repartição das atividades econômicas, as classes sociais.” (CARLOS, 2019, p. 57). Em outras palavras, a cidade é composta por uma dimensão social, cultural, política e econômica que a torna particular, mas que a mantém vinculada em uma relação com uma totalidade, que a molda e constitui. Ainda segundo Carlos,

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2019, p. 26)

São nas cidades que a prática humana da reprodução da vida cotidiana ocorre. Para sociólogo francês Henri Lefebvre, as cidades modernas são aquelas que se constituíram por meio de um processo de industrialização; esta industrialização posteriormente gerou um outro fenômeno, a urbanização, que se emancipa do processo que lhe deu início e se torna responsável por diversos outros fenômenos sociais especificamente relacionados ao urbano. Vale ressaltar que Lefebvre alerta que toda cidade surge a partir de processos específicos de urbanização, que nascem das particularidades de determinadas relações sociais. Ele afirma “(...), esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. (LEFEBVRE, 2002, p. 15). Lefebvre também pontua que, quando falamos de “sociedades urbanas”, essas são as sociedades que passaram pela “revolução urbana”. Assim, segundo o autor,

(...) Utilizando-se as palavras “revolução urbana”, designaremos o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias da sociedade urbana passara ao primeiro plano. Entre as transformações, algumas serão bruscas. Outras, graduais, previstas, concertadas. (LEFEBVRE, 2002, p. 17).

A urbanização da sociedade provoca o que Lefebvre afirma serem “problemáticas urbanas”. As problemáticas urbanas surgem desses novos contextos em que as sociedades se

transformam no tempo e no espaço. Ele afirma que viver em sociedades urbanas não é somente um fato, mas uma tendência, uma orientação e uma virtualidade (LEFEBVRE, 2002, p. 14). Esse prognóstico de Lefebvre é confirmado por dados recentes levantados por pesquisas como os indicativos trazidos pelas Organização das Nações Unidas que sinaliza que, até 2050, 68% da população mundial irá residir em centros urbanos.¹⁵ Lefebvre defende a hipótese de que haverá uma “urbanização total da sociedade” (LEFEBVRE, 2002, p. 15), posição esta que também é endossada por especialistas da ONU que concordam: “a urbanização é um fenômeno mundial irreversível.”¹⁶ A “problemática urbana” colocada por Lefebvre também aparece em apontamentos como os do médico pesquisador da Universidade de São Paulo (USP), Paulo Saldiva, quando este observa que o “excesso de urbanização fez com que ficássemos mais doentes.”¹⁷ Para Saldiva, o excesso de urbanização faz com que fiquemos mais gordos, mais ansiosos, mais doentes. Não só Saldiva quem alerta para a relação doenças/transtorno e o modo de vida urbano. Médicos alemães também endossam a posição de que quanto mais cresce a população urbana, mais cresce a quantidade de distúrbios mentais entre as pessoas.¹⁸

Isto posto, conseguimos entender até o momento que as cidades nos quais habitamos são produtos do tempo histórico e social em que vivemos, que habitamos numa espacialidade cujos processos de formação e desenvolvimento tem causado doenças e mal-estares em seus habitantes. Como as cidades de hoje são frutos de um processo que não se inicia no presente histórico, Friedrich Engels, em texto publicado em 1845, já consegue perceber como a produção e organização do espaço urbano nas cidades britânicas da época é realizado por meioda força do capital e suas necessidades pelo ambiente. Ele nota como a construção e lógica interna das cidades capitalistas são responsáveis por gerar miséria, fragmentação social, suicídios, isolamento e individualismo. A cidade é cingida e classificada de acordo com classessociais e os interesses do capital em permanecer em determinado local ou não. Ele pontua como a

¹⁵ **Dois terços da população mundial viverá nas cidades em 2050**, disponível em: <<https://www.dn.pt/sociedade/nacoes-unidas-calculam-que-68-da-populacao-mundial-em-2050-seraurbana-9348442.html>>. acesso em: 15 out. 2021.

¹⁶ **“Temos que reconhecer que a urbanização é um fenômeno mundial irreversível”**, ONU News, disponível em: <<https://news.un.org/pt/interview/2019/10/1692941>>. acesso em: 15 out. 2021.

¹⁷ Paulo Saldiva: **“excesso de urbanização fez com que ficássemos mais doentes”**, disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/10/04/paulo-saldiva-excesso-deurbanizacao-fez-com-que-ficassemos-mais-doentes.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2021.

¹⁸ Deutsche Welle. **Médicos veem relação entre vida urbana e distúrbios mentais**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/m%C3%A9dicos-veem-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-vida-urbana-e-dist%C3%BArbios-mentais/a-16328906>>. Acesso em: 9 fev. 2021

diferenciação social baseada em classes sociais, estas últimas específicas de sociedades capitalistas, fica evidente na construção dos bairros. Engels afirma que os bairros são produzidos e classificados como sendo os dos “bem nascidos”, cujos moradores são pessoas oriundas das classes sociais abastadas e onde há uma infraestrutura urbana bem estabelecida para atender àquelas classes de pessoas, em oposição aos bairros da “classe miserável” (chamados de cottages), bairros em que o proletariado reside, onde não há infraestruturas mínimas para uma moradia humana digna. Engels também nota que a cidade transforma o comportamento humano. Ao longo dos vinte meses em que realizou a sua pesquisa, Engels repara que o comportamento dos londrinos ao transitar pelas ruas é de total indiferença para com os demais. (ENGELS, 2010, p. 69). Ele compara grandes cidades como Dublin, Londres, Manchester, Leeds e Birmingham e argumenta “que a miséria em Dublin nada tem de específica, não é característica somente da cidade irlandesa – é, de fato, comum a todas as grandes cidades do mundo.” (ENGELS, 2010, P. 77). Ele percebe um comportamento muito específico da população urbana dessas cidades e defende que a vida e relações nas grandes cidades provoca a “desagregação da humanidade em mônadas”. Segundo Engels,

Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de todo tão imprudente e clara como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo, é aqui levada às suas extremas consequências. (ENGELS, 2010, P. 69) (grifo nosso)

George Simmel, sociólogo alemão, escreve em 1902 um dos seus textos mais conhecidos, “A metrópole e a vida do espírito”. Nele, Simmel pondera sobre diversas questões do comportamento social provocadas pelas mudanças urbanas. Simmel analisa a cidade de Berlim do final do século XIX que se torna sede da economia monetária, local onde se concentrava a atividade comercial. O autor afirma que as novas dinâmicas sociais condizente às cidades impactam psicologicamente os habitantes e impõe a eles ajustes de comportamento, como também forja e molda sua personalidade. Há um “tipo metropolitano de personalidade” e há uma “base psicológica” desses indivíduos que ocorrem com as novas dinâmicas surgidas de forças externas da cidade e da sociedade. Simmel afirma, “A base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação dos estímulos nervosos, que resulta

da alternância brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores”. (SIMMEL, 1967, p. 11). Assim, Simmel pretende compreender “como a personalidade se acomoda nos ajustamentos às forças externas.” (SIMMEL, 1967, p. 10). As transformações sociais – e estas surgem, para o autor, com a vida moderna – transformam não só o espaço habitado, mas também a forma como os indivíduos vivem e interagem. Para o autor, emerge “condições psicológicas que a metrópole cria.” (SIMMEL, 1967, p.11). Os indivíduos metropolitanos, devido ao excesso de estímulo nervoso oriundos do mundo externo àqueles, acaba se tornando mais racionais, indiferentes (um comportamento “blasé”, que significa indiferença em francês) e reservado. Lembremos aqui que Engels observa o mesmo comportamento de indiferença nos londrinos pelas ruas. Tudo isso são formas que o psiquismo humano encontra para lidar com as rápidas mudanças e a aceleração no ritmo de vida oriunda do modo de vida urbano.

Toda a dinâmica da metrópole berlinense que provoca no indivíduo essas reações psicológicas e comportamentais ocorre por causa das novas formas de viver e se relacionar nesses espaços. Para Simmel, a metrópole surge com a economia de produção capitalista, quando ocorre o desenvolvimento econômico baseado nas relações de troca de mercadorias. Ele afirma,

A metrópole moderna, entretanto, é provida quase que inteiramente pela produção para o mercado, isto é, para compradores inteiramente desconhecidos, que nunca entram pessoalmente no campo de visão propriamente dito do produtor. Através dessa anonimidade, os interesses de cada parte adquirem um caráter impiedosamente prosaico; e os egoísmos econômicos intelectualmente calculistas de ambas as partes não precisam temer qualquer falha devida aos imponderáveis das relações pessoais. A economia do dinheiro domina a metrópole; ela desalojou as últimas sobrevivências da produção doméstica e a troca direta de mercadorias; ela reduz diariamente a quantidade de trabalho solicitado pelos clientes. (SIMMEL, 1962, p. 12)

Dito de outra forma, as grandes cidades urbanas modernas surgem com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, e nelas surgirão relações humanas mediadas por valores do dinheiro, da mercadoria, do capital. Para lidar com a aceleração que as trocas econômicas vão provocar na sociedade, o indivíduo desenvolve formas de ser, lidar e se relacionar específicas das dinâmicas sociais que constituem esses locais. Abriremos um parêntese para lembrarmos o que Hartmut Rosa teoriza sobre a aceleração total da sociedade, onde vivemos em um tempo que estamos dessincronizados do ritmo das mudanças sociais – cada dia mais intensificadas –, do ritmo cotidiano de vida e das diversas mudanças as quais temos que absorver e lidar em cada vez menores períodos de tempo. Como Rosa argumenta, vivemos tal como hamsteres correndo dentro de uma gaiola, freneticamente acelerados rumo a

lugar algum. E essa aceleração social – que Simmel já percebe surgir no começo do século XX – nos aliena de nós mesmos, das nossas relações com os demais, do vínculo com as instituições sociais e até com o lugar onde vivemos e habitamos. As cidades acabam se tornando não-lugares, espaços sem sentido, sem significado pessoal para aqueles que residem nela. O indivíduo blasé, racional e reservado de Simmel, é o indivíduo depressivo e ansioso do tempo de hoje.

3.2 A EPIDEMIA DE SOLIDÃO URBANA

Indo na esteira de Simmel, Noreena Hertz em seu livro *A Lonely Century: how to restore human connection in a world that's pulling apart*, livro publicado em 2020, a autora argumenta que nunca antes na história nos sentimos tão sós. Hertz afirma que vivemos nas cidades contemporâneas uma epidemia da solidão e também uma “cultura negativa da educação” (“negative politeness culture”, nos termos utilizados em inglês pela autora). Essa forma de ser do qual Hertz aponta existir nas cidades grandes contemporâneas está ligada também às relações sociais nas quais os indivíduos passam a ser evitativos uns com os outros. Diz a regra social (tácita) que a interação social cotidiana deve ser mínima, correndo o risco, aquele que ousa agir de forma pessoal e efusiva, de ser inadequado, desagradável, de ser alguém que invade o espaço pessoal alheio. Há uma reserva e um comedimento que ressurgem no trato do dia-a-dia, o que contribui para que nos sintamos – sem sabermos – mais solitários. Hertz afirma,

Some social theorists and semioticians even go so far as to say that cities have evolved “negative politeness culture”, social norms in which it is considered rude to impose on someone’s physical or emotional space without cause, although there are of course geographic and cultural differences. (HERTZ, 2021, p. 66-67)

O estereótipo da pessoa urbana como sendo descortês, rude e autocentrada não é por acaso. De acordo com Hertz, esse rótulo ocorre, indo ao encontro do que Simmel já pontuava em seu pensamento, como um reflexo da cidade no comportamento e emoções dos indivíduos. A velocidade da cidade e de suas transformações exerce um estímulo sensorial nos indivíduos muito grande. As pessoas estão muito ocupadas, muito aceleradas e, ao mesmo tempo, cada dia muito mais solitárias, a despeito da quantidade de pessoas coexistindo numa mesma cidade. A sensação de “não-lugar” surge a partir da necessidade das pessoas terem que se mudar de casa, fato este gerado pelos altos aluguéis que força os indivíduos a buscarem moradia menos custosa.

Aqui pontuamos o que Carlos defende, “(...) as cidades de hoje pertencem ao capital. (CARLOS, 2019, p.12). O deslocamento do capital pelo espaço provoca especulação imobiliária, revitalização (“valorização”) de espaços com o intuito de atrair capital, o que força as pessoas a se deslocarem para locais menos caros, gerando o processo urbano da “gentrificação” (entendida como sendo a expulsão das pessoas de suas habitações de origem para que estes locais possam ser utilizados e moldados de forma a atrair investimentos e gerar lucro). Hertz afirma que a constante mudança de domicílio contribui para a sensação de solidão, pois as pessoas não criam vínculos com seus bairros, com a vizinhança. Ela argumenta,

For many urban dwellers, escalating rents and unaffordable house prices have made putting down roots in a community and making an emotional investment there an increasingly unviable economic option. Again, this is a problem for all of us. For neighbourhoods need nurturing and above all participating in if they are to be vibrant communities and not just bricks, tarmac and paving slabs. (HERTZ, 2020, p. 71)

Não só a alta densidade populacional é responsável pelas alterações no modo de vida humano nas grandes cidades, mas também a forma como vivemos e nos relacionamos em meio a uma ordem social de valores neoliberais. A sociedade da performance em que vivemos, que exige dos indivíduos uma carga emocional e psíquica muito grande para se adequar às expectativas e normas sociais, é também colocada por Hertz como sendo um grande fator para a epidemia de solidão. Segundo Hertz, “Our culture of self-reliance and hustle, so valorized by neoliberal capitalism, comes at a significant cost.” (HERTZ, 2020, p. 67). Portanto, o modo de vida das cidades grandes nos retira dos vínculos sociais que podemos desenvolver no nosso local de moradia. Somos turistas por onde passamos, como já sinalizado por Bauman, não possuímos um sentimento de pertencimento, nem com o local da nossa morada, nem com a vizinhança.

O sentimento de solidão, de vazio, como também a angústia provocada por estarmos sempre aquém das expectativas sociais se tornam sentimentos comuns e amplamente compartilhados. Esse sentimento íntimo da solidão e que, de início, consideraríamos muito subjetivo para levar em conta como um fenômeno social, tem se tornado comum no tecido social de acordo com os dados levantados pela autora. O sentimento de solidão atinge diversos grupos da sociedade desde idosos - que cometem pequenos delitos para irem presos e poderem viver em comunidade, como ocorre no Japão - até adolescentes e jovens adultos. Segundo Hertz, (...) And they raise huge questions about how we as a society care for our oldest citizens. Yet

it is actually, and perhaps surprisingly, the youngest amongst us who are the loneliest.” (HERTZ, 2020, p. 14). Hertz expande o conceito de solidão não apenas operando ele no sentido particular, individual, pessoal (como uma desconexão e dessincronia do indivíduo com pessoas próximas como parceiros, familiares, amigos, vizinhos) mas também como sendo uma emoção que se reflete a nível social, sentida em relação aos concidadãos, aos governantes que estão no poder, ao país em que nascemos e vivemos sob as normas e regras sociais. Desta forma, Noreena Hertz afirma,

A key difference between my definition of loneliness (the one that will be used throughout this book) and the traditional one is that I define loneliness not only as feeling bereft of love, company or intimacy. Nor is it just about feeling ignored, unseen or uncared for by those with whom we interact on a regular basis: our partner, family, friends and neighbors. It’s also about feeling unsupported and uncared for by our fellow citizens, our employers, our community, our government. It’s about feeling disconnected not only from those we are meant to feel intimate with, but also from ourselves. It’s about not only lacking support in a social or familial context, but feeling politically and economically excluded as well. I define loneliness as both an internal state and an existential one – personal, societal, economic and political. (HERTZ, 2020, p. 16-17)

Ela redefine o conceito trazendo-o para o âmbito social de sua ocorrência e reitera que “estar só” não é o mesmo que ser solitário. Muitas vezes o indivíduo está sozinho, mas não se sente solitário. Então, para a autora, a solidão tem mais a ver com um sentimento de conexão e/ou desconexão com as pessoas ao redor, com a sociedade e o país que vivemos (por não nos sentirmos percebidos, considerados, vistos e ouvidos), ou seja, é um sentimento que surge de conjunturas externas e que acomete o indivíduo; e menos como um sentimento subjetivo e pessoal, que nasce e se encerra no indivíduo e depende da forma subjetiva de ele ver o mundo para ser sentido ou não.

A generalização da solidão tem diversos fatores para ocorrer. Hertz elenca como sendo um desses elementos o fato de que somos um tempo histórico em que as redes sociais e o uso do smartphone tem extrema preponderância no cotidiano. São nas redes sociais que as pessoas têm contato com uma contingência muito grande de discriminações, discursos de ódio (sendo estes os classificados como os racistas, xenofóbicos, misóginos, e todo discurso compartilhado carregado de preconceito e discriminação contra grupos sociais). O clima que se configura em debates e discussões nas mídias digitais provoca nos indivíduos reações de desconexão e alienação. Mas somente esses fatores não explica a solidão como um sentimento amplamente difundido sobre as pessoas. Hertz defende que a forma como as cidades são construídas, as mudanças no modo como nos relacionamos uns com os outros, as mudanças provocadas na

forma como trabalhamos e a importância da política e o contato com os governantes são os outros elementos que a autora coloca como cruciais para compreender a crise da solidão além das mídias digitais. A autora afirma da seguinte forma,

The way we now live, the changing nature of work, the changing nature of relationship, the way our cities are now built and our offices designed, the way the treat each other and the way our government treats us, our smartphone addiction, and even the way we now love are all contributing to how lonely we have become. (HERTZ, 2020, p. 20)

Podemos afirmar que, de acordo com o pensamento de Hertz, a crise da solidão nasce da dinâmica das mudanças espaço-temporais na forma com que as cidades contemporâneas são pensadas e construídas e como nos relacionamos coexistindo nesses locais; como também surge das mudanças ocorridas no âmbito do trabalho e da política. Ainda para Hertz, o sentimento de solidão emerge da forma como vivemos sob a égide do neoliberalismo. Sob o “projeto político” que a autora afirma como sendo o neoliberalismo, vivemos num meio social que concebe as relações sociais permeadas por valores como competição entre os indivíduos e individualismo, o que acaba degradando os laços e vínculo entre as pessoas, o senso de comunidade e a coesão social. Hertz assim afirma,

Neoliberalism has made us see ourselves as competitors not collaborators, consumers not citizens, hoarders not sharers, takers not givers, hustlers not helpers, people who are not only too busy to be there for our neighbors but don't even know our neighbors's names. And we collectively let this happen. (Hertz, 2020, p. 24)

Vale frisar que Hertz vincula o sentimento de solidão com o modo como vivemos nas cidades grandes. São nesses espaços que contraímos relações com os demais indivíduos e vivemos em meio à dinâmica dos grandes centros urbanos. A autora defende que a grande quantidade de pessoas que habitam as cidades grandes – a alta densidade populacional e as diversas dinâmicas sociais que emergem desta - requer dos indivíduos uma forma de ser específica desses espaços. Hertz revisita o que Georg Simmel já sinalizava no começo do século XX: o modo urbano de vida faz surgir novas formas de subjetividades, interações sociais e, também, novos fenômenos sociais exclusivos desses espaços sociais.

Em síntese, os transtornos mentais – e aqui reiteramos que entendemos transtornos como perturbação e sofrimento mental, não uma doença - como a depressão e ansiedade comumente encontradas em pesquisas com a população geral, são manifestações emocionais/comportamentais que encontra justificativa no modo como vivemos e nos relacionamos. Como Corbanezi levanta, o sofrimento humano é tornado doença mesmo sem ter

indícios clínicos para isso e serve para a Psiquiatria como um discurso que tem uma função política, qual seja, a de moldar comportamentos, gerenciar a ordem social quando lida com a ideia de ‘normal’ e ‘anormal’. A medicina não encontrou um marcador biológico para a depressão para tratá-la como uma patologia de corpos humanos individuais. Já a ansiedade é entendida como um comportamento de alerta, causado por fatores estressores do indivíduo. Como desenvolvido por Goldenberg e pontuado também por Dunker em suas observações na clínica psicanalítica, a depressão e a ansiedade vêm geralmente em conjunto pois convergem no mesmo funcionamento psicológico. Goldenberg salienta que o estresse do meio ambiente muitas vezes é o fator que gera nos indivíduos sentimentos depressivos e ansiosos, e que estas reações são formas encontradas pela mente humana para lidar com situações adversas e estressantes. Como habitamos cidades cada dia mais densamente populosas e vivemos em sociedades de valores neoliberais, que exige de nós uma série de condutas e comportamentos para nos adequarmos socialmente, sentimentos como humor deprimido, falta de motivação e energia, irritabilidade, sensação de estar em constante alerta, serão sempre encontrados. A pressão do meio social sobre o indivíduo exige e impõe a ele comportamentos e modos de ser favoráveis à conservação e reprodução da estrutura social de matriz capitalista neoliberal. No entanto, o custo é alto para mantermos uma sociedade sob esses valores sociais de alta performance pessoal e profissional, o sucesso profissional como meta extrema, a ascensão social como símbolo de status e o dinheiro como meio de obtenção de poder social. A máquina de moagem social faz com que cada dia nos sintamos mais sós, mais “acelerados”, mais isolados, alienados. O efeito adverso da ordem neoliberal é um grande contingente de pessoas psicologicamente debilitadas. Isto para não afirmarmos que esse regime opera sob esse ponto fundamental: quanto mais pessoas desesperadas em busca do tão almejado sonho de ter uma “vida boa”, fervorosamente disponível estaremos para manter o regime em funcionamento. Afinal, como Dunker já pontuou, a gestão do sofrimento psíquico neoliberal visa produzir e administrar o sofrimento dos trabalhadores, pois estes, quanto mais sofrem, mais aumentam sua produtividade. É o sofrimento psíquico o combustível usado para manter a máquina de funcionamento do capitalismo neoliberal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se deteve em compreender o lugar de intersecção que o indivíduo urbano contemporâneo se encontra entre as problemáticas levantadas por uma análise social do tempo presente e a teoria urbana, a teoria do espaço. Nosso foco foi tentar compreender as variáveis sociodemográficas contidas nas altas taxas de transtornos mentais coletadas nos centros urbanos. Entre as transformações do tempo histórico, a análise social e a teoria do espaço, há um indivíduo formado por um processo histórico e social, que vive em espaços sociais que o molda e é moldado por ele. A alta incidência dos transtornos mentais nos centros urbanos ocorre, de acordo com a nossa perspectiva, menos por fatores humanos intrínsecos aos indivíduos e mais por questões sociodemográficas. É importante ressaltar que a medicina segue não encontrando causas biológicas que definam a depressão enquanto uma doença mental no que tange a um desequilíbrio neuroquímico.

Em estudo publicado em 20 de julho de 2022 na Revista “Molecular Psychiatry”, pesquisadores fizeram uma meta-análise de dados e afirmam que a “teoria serotoninérgica” (aquela que justifica a depressão como oriunda de um desequilíbrio no neurotransmissor chamado serotonina no cérebro) não se sustenta de acordo com as evidências científicas. Eles concluem, “We suggest it is time to acknowledge that the serotonin theory of depression is not empirically substantiated.” (MONCRIEFF et al., 2022, p. 12).

O sofrimento psíquico, considerado como uma patologia pela medicina que o individualiza na pessoa e o trata por meio da administração de psicoativos, é favorecido pelo modo de vida adotado pelos indivíduos inseridos nas sociedades urbanas de regime neoliberal. A aceleração da sociedade, que imprime um ritmo de vida artificial às pessoas, exige delas uma alta produtividade para dar contas das, cada vez mais, volumosas tarefas que surgem em seu cotidiano. Acrescido a isso, temos um indivíduo com laços sociais fragilizados, que não mais se identifica e vincula à antigas referências sociais expressas pela família, religião, trabalho, instituições sociais, sindicatos e partidos, dimensões da vida social estas que contribuía para que este indivíduo pudesse formar-se subjetivamente e entre indivíduos afins. A sociedade da performance, de acordo com o pensamento de Alain Ehrenberg, do “indivíduo herói de si mesmo”, da vida considerada tal como uma “empresa” que deve ser administrada e gerida de acordo com valores neoliberais de ganho e investimento, o que faz com que o indivíduo se auto-objetifique como também aos seus demais. Byung-Chun Han afirma que os sofrimentos mentais são gerados por “excessos de nós mesmos” porque, atomizados, não mais desenvolvemos – como nos tempos passados – vínculos humanos significativos para construção de uma

identidade humana que dê sentido à vida. Como não há mais as antigas referências que protegiam o indivíduo do mal-estar social (o Estado de Bem-Estar Social surge exatamente para proteger as pessoas das inseguranças do desemprego, da falta de moradia, da falta de saúde, enfim, de ver-se sem amparo social e entregue sozinho às adversidades humanas), este é incentivado a tornar-se seu próprio herói, empreendedor de si mesmo e sua própria referência. Saímos de uma sociedade disciplinar, em que as instituições sociais como escola, família, religião, etc. ofereciam valores sob os quais viver e dar sentido às relações sociais, para uma sociedade da performance, uma sociedade da liberdade, em que ser “livre” e auto realizado é o mote para se ajustar aos anseios sociais de sucesso, realização, de conquista.

Um consenso notado pelos autores aqui trabalhados é o de que as sociedades humanas de regime capitalista, cujos valores são assentados numa formação social em que as forças econômicas constroem o espaço e seus pressupostos tornam-se base mediadora para a relação entre os indivíduos, são ordens sociais os quais contribuem em demasia para que os indivíduos sintam mal-estares psicológicos. Quanto maior a cidade, maior o movimento da vida cotidiana que se erige sob as bases do capital, das forças econômicas e sociais que intentam moldar prática social para que seus interesses sejam produzidos e reproduzidos. Para autores como Carlos, Lefebvre e Harvey, a cidade é do capital, seu meio ambiente é construído e reproduzido de acordo com seus critérios e interesses. O indivíduo urbano não vai se fixa num mesmo local ao longo de sua vida; ele não possui vínculo mais com a sua vizinhança. Nas cidades urbanas neoliberais vivemos em não-espços, não criamos mais uma identificação e um sentimento de pertencimento social no grupo (no caso, na vizinhança), na qual vivemos. Dardot e Laval afirmam que subjetividade humana formada sob os pilares do Neoliberalismo faz surgir “neossujeitos”, indivíduos tornados “mônadas”, atomizados em suas próprias vidas cuja maior referência deve ser tão-somente a si mesmos. Pressionados para corresponder às expectativas sociais ditadas pelos interesses econômicos de produtividade e alta performance – que se expande do mundo do trabalho para todas as dimensões da vida humana -, Dunker defende que o sofrimento psíquico é assim gerido (há uma política de gestão do sofrimento) para que possamos ser funcionais à sociedade ao mesmo tempo que somos produtivos e heróis do nosso próprio roteiro de vida. Este estresse gera ansiedade e depressão, sendo esta última considerada, segundo Hartmut Rosa, uma manifestação de resistência da dessincronia na qual a vida humana se tornou.

Desta forma, baseada em toda a análise bibliográfica e teórica que fizemos ao longo desta pesquisa, podemos concluir que, se vivemos em cidades que não são espaços sociais nos quais os indivíduos possam viver de forma psicologicamente saudável, fazendo parte de uma

ordem social que dê a ele o devido o amparo enquanto membro de um grupo social, teremos cada vez mais pessoas emocionalmente debilitadas, tentando lidar com emoções que são oriundas da tentativa de lidar com as vicissitudes de viver numa sociedade da desagregação e fragmentada. A medicina, como campo científico filiado às ciências biológicas, tentará compreender as dores psicológicas como doenças do corpo humano, sem levar em consideração o ser humano como sendo um ser social. Por isso, teremos grandes quantidades de diagnóstico de depressão e ansiedade entre a população urbana, porque o sofrimento humano foi esvaziado do seu significado histórico e social.

As patologias do social acometerão os indivíduos até conseguirmos transformar estas sociedades que impõem como regra o sofrimento àqueles que vivem sob suas normas e expectativas. Para que possamos ter uma vida psíquica minimamente saudável, com menos turbulências e sofrimento, um novo projeto social é imperativo e necessário.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009
- _____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. *44 Cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- CLINICAND, Byung-Chul Han: *Sociedade do Cansaço [Documentário Completo, 2015]* Legendado/Subtitulado, [s.l.: s.n.], 2020.
- CORBANEZI, Elton Rogério. *Saúde mental e depressão: a função política de concepções científicas contemporâneas*. Campinas, SP: [s.n.], 2015.
- DUNKER, Christian. *Hipótese depressiva*. In: *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Editora Autênciã, 2021.
- DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
- EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida: SP, Ideias e Letras, 2010.
- _____. *La fatiga de ser uno mismo: depresión y sociedad*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1998.
- _____. *The mechanics of passions: brain, behaviour, and society / translated by Craig Lund*. McGill-Queen's University Press, 2020.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GOLDBERG, David. *A bio-social model for common mental disorders*, *Acta Psychiatrica Scandinavica*, v. 90, n. 385, p. 66–70, 1994.
- HAN, B. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- _____. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Tradução de. Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 8ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HERTZ, Noreena. *The Lonely Century: Coming Together in a World that's Pulling Apart*. London: Sceptre, 2020.
- LEFEVBRE, Henri. *Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- MARX, Karl. *Sobre o suicídio*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Melancolia na desigualdade urbana - Ermínio Maricato. In: Café Filosófico - CPFL. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=85DwL_ZIEew>. Acesso em: 12 abr. 2021.

MONCRIEFF, J, COOPER, R.E., STOCKMANN, T. et al. The serotonin theory of depression: a systematic umbrella review of the evidence. *Mol Psychiatry* (2022).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: O Fenômeno Urbano. / org. por Otavio G. Velho, Georg Simmel, Robert E. Park. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.

ROSA, Hartmut. Alienation and Acceleration. Towards a Critical Theory of Late Modern Temporality. Malmö/Arhus: NSU Press, 2010.

ROSA, Hartmut. Aceleração: A transformação das estruturas temporais na Modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019.